

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
ARQUITETURA E URBANISMO
MARIA BEATRIZ TEIXEIRA RIBEIRO COSTA

**POUSADA TAMANDARÉ:
ARQUITETURA INCLUSIVA X TURISMO ACESSÍVEL**

RECIFE
NOVEMBRO/2014

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
ARQUITETURA E URBANISMO
MARIA BEATRIZ TEIXEIRA RIBEIRO COSTA

**POUSADA TAMANDARÉ:
ARQUITETURA INCLUSIVA X TURISMO ACESSÍVEL**

Trabalho de graduação desenvolvido pela
aluna: Maria Beatriz Teixeira Ribeiro Costa,
orientada pela professora Márcia Hazin e
apresentado ao curso de arquitetura e
urbanismo da Faculdade Damas.

RECIFE
NOVEMBRO/2014

Costa, M. B. T. R.

Pousada Tamandaré: arquitetura inclusiva X turismo acessível. Maria Beatriz Teixeira Ribeiro Costa. Recife: o Autor, 2014.

93 folhas.

Orientador (a): Profª Márcia Hazin

Monografia (graduação) – Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2014.

Inclui bibliografia.

**1. Arquitetura 2. Acessibilidade 3. Desenho Universal 4. Meios de Hospedagens
5. Turismo Acessível.**

**720 CDU (2ªed.)
720 CDD (22ª ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2014 – 310**

A Deus, aos meus familiares, amigos, colegas e professores

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de muito esforço e dedicação para a realização desta pesquisa, buscando sempre o conhecimento para desenvolver o objeto de estudo. Ao longo dessa jornada, foi essencial o apoio de várias pessoas.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que na sua bondade divina me deu a oportunidade de estudar e me capacitou para que eu pudesse hoje estar aqui concluindo o curso que sempre sonhei. E que também colocou as pessoas certas no meu caminho, onde pude, nessas pessoas, buscar a ajuda e o apoio que precisei.

Gostaria de agradecer a minha família. Meus pais, Moacyr e Neusa e minha irmã, M^a Eduarda, que tiveram papel fundamental na minha caminhada, que diante do meu cansaço e da minha franqueza, sempre me confortaram e me apoiaram para que chegasse até o fim. Agradeço ao meu Avô Moacyr, que me deu oportunidade e acreditou em mim, sempre apoiando meus estudos e acreditando no meu futuro. Agradeço a minha família, meus avós, meus tios e primos, que acreditaram em mim e sempre me apoiaram, tendo papel importante nessa minha conquista.

Agradeço também aos meus amigos, que tornaram essa caminhada mais leve e divertida, que acompanharam de perto todo esforço para que fosse concluída essa pesquisa e que me aguentaram o ano todo falando tanto deste trabalho de graduação. Agradeço o companheirismo e as noites sem dormir que passamos juntos para que tudo saísse como deveria. Um agradecimento especial para Camila Azevedo, Igor Santos, Isadora Vidal, Isabella Vidal, Lívia Linhares, M^a Angélica Oliveira, Raisal Carvalho, Renata Valença, Zaroni Neto e Caio Dantas. Agradeço também a minha turma, e as amizades que fiz ao longo desses cinco anos de faculdade.

Não posso deixar de agradecer também aos professores, que sem dúvida, foram essenciais para a minha formação, e que hoje se tornaram mais que mestres, se tornaram amigos. Agradecimento especial a minha orientadora Márcia Hazin, que

me ajudou a alcançar meu objetivo e a Mércia Carréra, que esteve sempre presente e disposta a me ajudar quando precisei.

"Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante"
O pequeno príncipe.

RESUMO

A Acessibilidade é um tema que vem ganhando destaque ao longo dos anos, mas ainda hoje muitas pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida sofrem com a falta de espaços apropriados para as suas necessidades. Esta pesquisa tem como objetivo elaborar o anteprojeto de uma pousada que atenda, de modo geral, a todas as pessoas, seja ela deficiente ou não, promovendo o turismo acessível, no município de Tamandaré, litoral pernambucano. A metodologia utilizada foi baseada na busca e no entendimento de conceitos referentes a Meios de hospedagens, Acessibilidade, Desenho Universal e Turismo Acessível. Os estudos de casos contribuíram para a verificação de necessidades espaciais, e como é possível solucionar problemas frequentes. Como resultado da pesquisa, foi proposto um anteprojeto de uma pousada que atenda aos princípios do desenho universal, promovendo a inclusão de deficientes aos meios de hospedagem.

Palavras Chave: Acessibilidade, Desenho Universal, Meios de hospedagens e Turismo Acessível.

ABSTRACT

Accessibility is a subject which is gaining prominence over the years. But even nowadays, a lot of disabled people or with reduced mobility are suffering with the lack of appropriate spaces for their needs. This research's objective is to elaborate the draft of an Inn that attends, on a general way, to all the people, whether they are disabled or not, promoting the accessible tourism at Tamandaré's county, Pernambuco's shore. The chosen methodology was based on the search and understanding of the concepts related to the ways of accommodation, accessibility, universal draw and accessible tourism. The study of cases contributed to the verifying of special needs, and how it is possible to solve the most frequent problems. As a result of the research, it was proposed a draft of an Inn that attends to the principles of the universal draw, promoting the inclusion of disabled people to the ways of accommodation.

Keywords: Accessibility, Universal Draw, Ways of Accommodation and Accessible Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURAS

Figura 01 – Princípios do sistema brasileiro de hospedagem.....	18
Figura 02 – Princípios do sistema brasileiro de hospedagem.....	19
Figura 03 – Usuário de cadeira de rodas.....	24
Figura 04 – Pessoa anã.....	24
Figura 05 – Pessoa obesa.....	24
Figura 06 – Pessoa com deficiência visual.....	24
Figura 07 – Idosos.....	25
Figura 08 – Usuários de muletas.....	25
Figura 09 – Rampa de acesso.....	26
Figura 10 – Altura do botão de chamada externo.....	26
Figura 11 – Altura dos botões de chamada interna.....	27
Figura 12 – Circulação de corredor.....	27
Figura 13 – Circulação de corredor.....	28
Figura 14 – Banheiro acessível.....	28
Figura 15 – Banheiro acessível.....	29
Figura 16 – Banheiro acessível.....	29
Figura 17 – Dimensões mínimas para um dormitório.....	30
Figura 18 – Norma para piscina acessível.....	30
Figura 19 – Banco para transferência na piscina.....	31
Figura 20 – Rota de acesso para Tamandaré.....	37
Figura 21 – Localização do resort.....	38
Figura 22 – Cobogó na divisória das varandas.....	39
Figura 23 – Cobogó na divisória das varandas.....	39
Figura 24 – Abertura dos quartos.....	39
Figura 25 – Aberturas da recepção.....	40
Figura 26 – Aberturas da recepção.....	40
Figura 27 – Muro vazado, com utilização de cobogó.....	40
Figura 28 – Muro vazado, com utilização de cobogó.....	41

Figura 29 – Piscina formando espelho d'água.....	41
Figura 30 – Piscina formando espelho d'água.....	42
Figura 31 – Rampa de acesso ao resort.....	42
Figura 32 – Rampa de acesso aos quartos e restaurantes.....	43
Figura 33 – Rampa de acesso a piscina.....	43
Figura 34 – Rampa de acesso a praia.....	43
Figura 35 – Corredor que dá acesso e a porta do apartamento.....	44
Figura 36 – Corredor interno do quarto.....	44
Figura 37 – Cama king size.....	44
Figura 38 – Espelho com inclinação de 10%.....	45
Figura 39 – Guarda roupa e com cabideiro baixo.....	45
Figura 40 – Barras de apoio.....	45
Figura 41 – Barras de apoio e cortina plástica.....	45
Figura 42 – Pia acessível.....	46
Figura 43 – Trecho localizado a arena acessível.....	47
Figura 44 – Rampa que dá acesso do calçadão para a areia.....	48
Figura 45 – Rampa que dá acesso do calçadão para a areia.....	48
Figura 46 – Esteira que dá acesso as cadeiras anfíbias.....	49
Figura 47 – Arena praia sem barreiras.....	49
Figura 48 – Cadeiras anfíbias.....	50
Figura 49 – Cadeiras anfíbias sendo utilizada por uma pessoa deficiente.....	50
Figura 50 – Localização de Socorro.....	51
Figura 51 – Cama de Casal com área de transferência e 1 beliche.....	52
Figura 52 – Porta dupla de acesso ao quarto.....	53
Figura 53 – Espaço para circulação.....	53
Figura 54 – Banheiro adaptado.....	54
Figura 55 – Banheiro adaptado.....	54
Figura 56 – Banheiro adaptado.....	55
Figura 57 – Tabela do censo do IBGE.....	61
Figura 58 – Gráficos de atividades.....	62
Figura 59 – Mapa de localização de Tamandaré no estado de Pernambuco.....	63
Figura 60 – Limite territorial do município de Tamandaré.....	63
Figura 61 – Terreno a ser trabalhado.....	64

Figura 62 – Avenida principal, Rua José Bezerra Sobrinho.....	65
Figura 63 – Mercado na Avenida principal, próximo ao terreno escolhido.....	65
Figura 64 – Sorveteria na Avenida principal, próximo ao terreno escolhido.....	66
Figura 65 – Marcação, fluxo, insolação e ventilação.....	66
Figura 66 – Terreno a ser trabalhado.....	67
Figura 67 – Terreno a ser trabalhado.....	67
Figura 68 – Esboço do anteprojeto.....	71
Figura 69 – Zoneamento térreo.....	73
Figura 70 – Zoneamento pavimento tipo.....	73
Figura 71 – Organofluxograma.....	75

QUADROS

Quadro 01 – Análise comparativa.....	56
Quadro 02 – Parâmetros urbanísticos para a Zona de Uso Misto 2 com Adensamento Restrito – ZUM2/AR.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira De Normas Técnicas

CPRM – Companhia De Pesquisa De Recursos Minerais

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística

IDH-M – Índice De Desenvolvimento Humano Municipal

IPHAN – Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional

LUOS – Lei De Uso E Ocupação Do Solo

MTur – Ministério Do Turismo

NBR9050 – Norma Brasileira De Acessibilidade

SBClass – Sistema Brasileiro De Hospedagem

SEBRAE – Serviço Brasileiro De Apoio Às Micro E Pequenas Empresas

ZUM2/AR – Zona De Uso Misto 2 – Adensamento Restrito

ZUM – Zona De Uso Misto

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO..... 14

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO..... 17

1.1 - MEIOS DE HOSPEDAGEM..... 17

1.1.1 – Pousadas: definição e elementos caracterizadores..... 20

1.2 - A IMPORTÂNCIA DA NBR9050..... 21

1.2.1 – Acessibilidade..... 22

1.2.2 – Desenho Universal..... 31

1.3 - O TURISMO E SEUS SEGMENTOS..... 33

1.3.1 – Turismo Acessível..... 34

CAPÍTULO 2 – ESTUDOS DE CASO..... 37

2.1- BAÍA BRANCA BEACH RESORT – TAMANDARÉ – PE..... 37

2.2- PROJETO PRAIA SEM BARREIRA – RECIFE – PE..... 46

2.3- Pousada Recanto dos Manacás – Socorro – SP..... 50

2.4- ANÁLISE COMPARATIVA..... 56

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA..... 61

3.1- HISTÓRICO..... 61

3.2- DADOS GERAIS..... 61

3.3- LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRENO..... 63

CAPÍTULO 4 – ANTEPROJETO..... 70

4.1- ETAPAS PRÉ-PROJETUAIS..... 70

4.1.1 – Partido Arquitetônico.....	70
4.1.2 – Programa e Dimensionamento.....	72
4.1.3 – Zoneamento.....	73
4.1.4 – Fluxograma e Organograma.....	74
4.1.5 – Memorial Descritivo.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS.....	82

INTRODUÇÃO

Porque criar espaços com barreiras, apertados e sem a preocupação com as necessidades e habilidades futuras de quem vai utilizá-lo, se todos nós, ao menos uma vez na vida estamos limitados para circular livremente por algum ambiente? Muitas vezes deixamos de nos fazer esse questionamento e esquecemos que a acessibilidade não existe apenas para cadeirantes e sim para todas as pessoas que enfrentam uma limitação temporária ou definitiva.

A redução de mobilidade e comunicação engloba tanto os deficientes físicos quanto pessoas obesas, gestantes, idosos, cardíacos, engessados temporariamente, usuários de próteses, analfabetos, pessoas carregando pacotes ou carrinhos de bebê. Quem nunca enfrentou dificuldade para andar porque quebrou um membro? Ou enfrentou alguma barreira por ser alto demais ou pequeno demais? Essas são limitações que precisam ser pensadas ao longo da elaboração de um projeto, e o desenho universal, que busca garantir espaços não só acessíveis, mas também confortáveis e seguros é uma ótima solução na hora de construir um ambiente saudável.

Segundo o IBGE, o censo de 2010 registrou que 45,6 milhões de brasileiros apresentavam algum tipo de deficiência, inclusive a dificuldade ou incapacidade para ver, ouvir ou movimentar-se. Este número representa 23,9% da população do país. A maior categoria de deficiência comunicada ao censo 2010 foi a visual (18,6%), seguida por motora (7%), auditiva (5,1%), deficiência mental ou intelectual (1,4%). Levando em consideração o fator idade, é possível concluir de acordo com os dados do IBGE que a deficiência, seja qual for o tipo, aparece mais nos adultos e principalmente nos idosos. No grupo de 0 a 14 anos, a deficiência atinge 7,53%, no grupo de 15 a 64 anos é de 24,9% e no grupo 65 anos ou mais, 67,73%.

A acessibilidade precisa cada dia mais estar incluída nos projetos de arquitetura para que haja a integração de todas as pessoas, independentes de suas diferenças e limitações, promovendo a inclusão e boa convivência em todas as áreas a serem

projetadas. Quando se fala em acessibilidade, vale salientar que não é somente para promover melhoria nos espaços apenas para cadeirantes, mas abranger de uma forma geral a todos que por algum motivo portem alguma limitação, por exemplo, os idosos, que por conta da idade, tem sua mobilidade reduzida.

Pensando nessa inclusão e a não segregação da sociedade, que será desenvolvida essa pesquisa com o intuito de elaborar um anteprojeto de uma pousada que atenda aos princípios do desenho universal, trazendo a inclusão de todas as pessoas portadoras ou não de alguma deficiência, no litoral Pernambucano, município de Tamandaré, promovendo o turismo e o lazer de todos os segmentos da sociedade sem a exclusão de qualquer indivíduo.

O fato da praia de Tamandaré ter uma grande demanda turística durante o ano inteiro, e as pousadas existentes em sua maioria, não atenderem as necessidades de acessibilidade, este trabalho tem como objetivo, a partir de pesquisas sobre o tema, construir um embasamento para subsidiar o desenvolvimento de um anteprojeto de uma pousada acessível no município de Tamandaré.

Esta proposta pretende integrar o hóspede a qualquer espaço que ele possa transitar, inclusive promover o banho de mar para as pessoas que utilizam cadeira de rodas. Vai permitir que o deficiente possa usufruir de toda área, absorvendo o melhor que a praia e a estadia podem oferecer. Além de promover o turismo para a região, que já é responsável por grande parte da atividade econômica do município.

O anteprojeto da pousada será localizado na beira mar da praia de Tamandaré, perto de mercados, farmácias e padarias. O terreno escolhido vai atender a todas as intenções que o projeto pretende alcançar.

A pesquisa tem como objetivo geral desenvolver um anteprojeto de uma pousada que atenda aos princípios do desenho universal na praia de Tamandaré no litoral sul

de Pernambuco. Atendendo aos objetivos específicos de estudar formas de acesso de pessoas com mobilidade reduzida e aplicar os princípios do desenho universal na concepção do partido arquitetônico.

A metodologia a ser seguida na pesquisa levará em consideração as seguintes etapas:

Primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica consultando sites, livros, jornais, revistas, cartilhas, leis, normas especializados no assunto para o embasamento necessário na elaboração do projeto.

Na segunda etapa, serão realizadas pesquisas avaliando quais são as necessidades arquitetônicas dos deficientes e pessoas com mobilidade reduzida e, de que maneira essas necessidades podem ser atendidas em nível de projeto de arquitetura. Também será realizado o estudo da área levando em consideração as características do local como o clima, a legislação, entre outros fatores.

Na terceira etapa, foram feitos os estudos de caso, para que as melhores soluções arquitetônicas pesquisadas possam ser incorporadas e adaptadas ao projeto desejado de uma pousada, utilizando os princípios do desenho universal, incentivando o acesso de pessoas com deficiência ao turismo praieiro, inclusive possibilitando que essas pessoas tenham acesso ao banho de mar.

Por fim elaborar o anteprojeto, seguindo as etapas projetuais, levando em consideração todos os fatores estudados e atendendo todas as necessidades existentes tanto das pessoas que irão desfrutar do projeto quanto da legislação que hoje vigora.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo trata do referencial teórico para embasar a pesquisa, fundamentando o anteprojeto de pousada que atende aos princípios do desenho universal.

1.1 MEIOS DE HOSPEDAGENS

No contexto histórico, a evolução hoteleira remonta ao período que começou a necessidade por hospedagens, isto é, desde que o homem sentiu necessidade em conhecer outros lugares, seja pelo comércio, guerras ou divulgação do saber, como aconteceu com os gregos.

A rede hoteleira se desenvolveu e mudou bastante, atualmente, os meios de hospedagens já deixam claro qual o tipo de cliente que o empreendimento deseja atender, especificando seus serviços, facilitando por sua vez, na procura do hóspede qual a melhor opção para a sua demanda.

São diversos os meios de hospedagens conhecidos e utilizados por todos, também são variados os motivos pelas quais pessoas procuram esses estabelecimentos. Na maioria dos casos são a partir de viagens de trabalho ou viagens turísticas que surge a demanda para esses locais.

Também são variados os tipos de hospedagens, que se adequam a necessidade de cada pessoa. A preferência surge primeiramente de acordo com que cada pessoa pretende gastar, e as prioridades variam de pessoa para pessoa. Outro fator que é bastante levado em consideração é o conforto e localidade do estabelecimento. Se o empreendimento for de fácil acesso, perto dos grandes centros, de shoppings, perto de pontos turísticos, essa hospedagem já ganha pontos positivos em relação à outra que não possua as mesmas características.

O guia da cidade do Rio de Janeiro (+ Rio, 2014) conceitua um meio de hospedagem como uma edificação que exerce o comércio da recepção e da

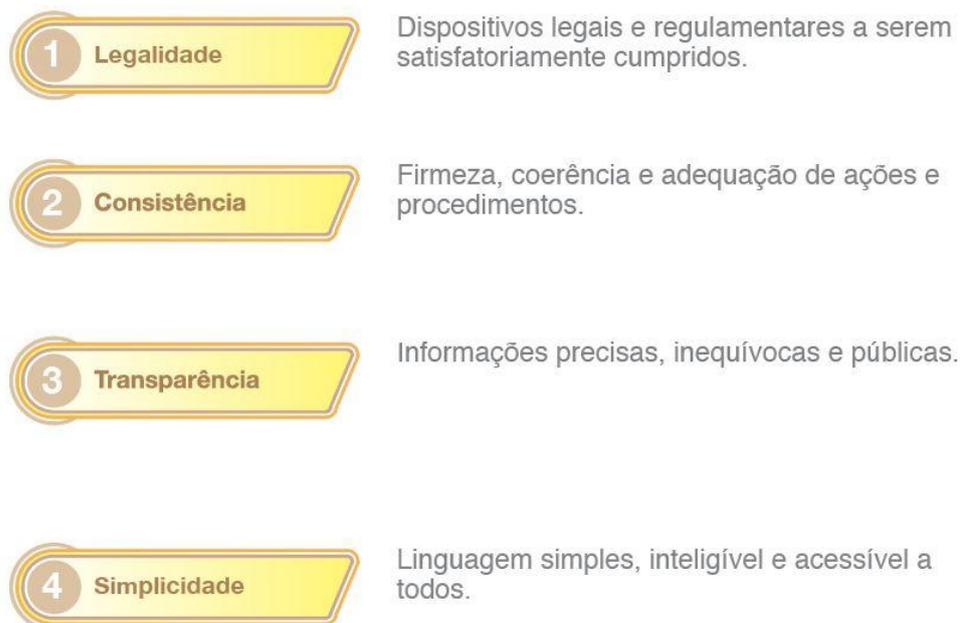
hospedagem dos turistas e visitantes em geral, e constitui-se de um edifício ou prédio contendo basicamente unidades habitacionais, uma recepção e uma governança, podendo ter ainda em sua estrutura, alimentos e bebidas, que compreende: cozinha, adega, restaurante, bar, cantina e despensa, e podendo contar ainda com: estacionamento externo, garagem interna e área de lazer.

O guia exemplifica ainda os tipos de hospedagens existentes:

Existem muitos tipos de meios de hospedagem: albergue, hostel, camping, eco resort, estalagem, hospedaria, flat, apart-hotel, hotel (e suas subdivisões: charme, executivo, lazer, resort, fazenda, histórico, escola), pousada, cama e café, motel, camping, etc(Guia da cidade do Rio de Janeiro: +Rio, 2014).

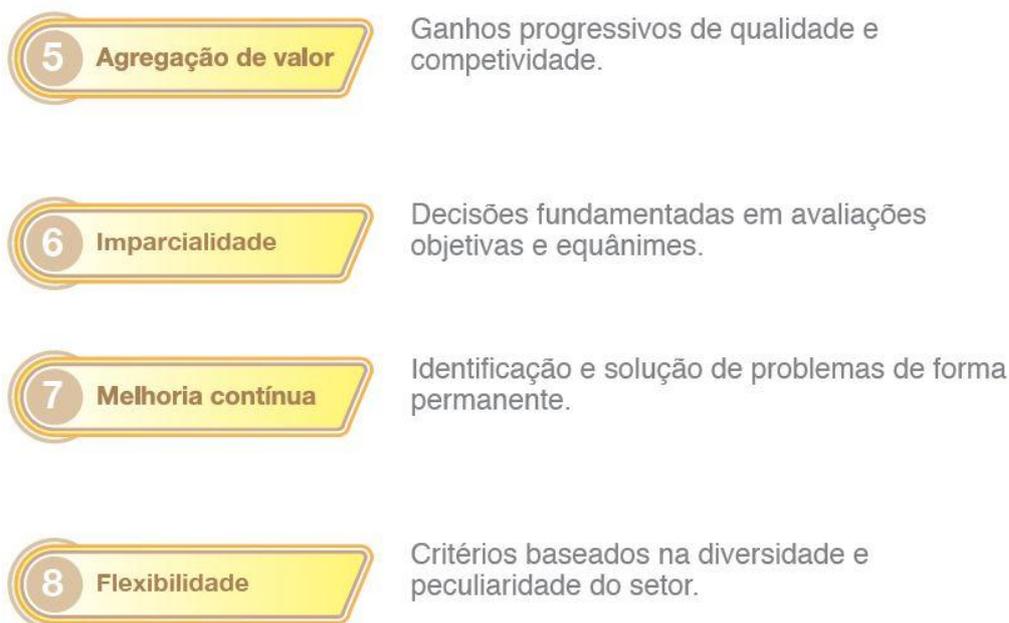
Baseado na Cartilha de Orientação Básica do Ministério do Turismo (2010), foi criado o SBClass – sistema brasileiro de hospedagem – como instrumento para divulgar informações claras e objetivas sobre os meios de hospedagem. O sistema brasileiro se fundamenta em oito princípios que são eles: a legalidade, consistência, transparência, simplicidade, agregação de valor, imparcialidade, melhoria contínua e flexibilidade.

FIGURA 01: Princípios do sistema brasileiro de hospedagem.



FONTE: Cartilha de orientação básica – Ministério do Turismo, 2010.

FIGURA 02:Princípios do sistema brasileiro de hospedagem.



FONTE: Cartilha de orientação básica – Ministério do Turismo, 2010.

O ministério classifica sete categorias de tipos de hospedagem, que são elas: Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama e Café, Hotel Histórico, Pousada, Flat/Apart-Hotel. Para a classificação de Hotel, a exigência é que o estabelecimento ofereça serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária.

De acordo com a Cartilha de Orientação Básica (2010) para receber o título de Resort, o Hotel precisa contemplar uma infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento.

Já para receber o título de Pousada, o empreendimento precisa ser caracteristicamente horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs.

De acordo com o Blog JCNAVEGATUR (2008), dentro dos segmentos de hospedagem, a variante tipológica se caracteriza pelos seguintes fatores: tipo, localização, natureza da edificação, clientela preferencial, infraestrutura.

O blog JCNAVEGATUR (2008) define as classes de hospedagem como:

HOTEL – (H): Preferencialmente urbano, normalmente em edificação com vários pavimentos (partido arquitetônico vertical) Mista com executivos e turistas, predominando ora uns, ora outros e dependendo da categoria, alguma infraestrutura para lazer e negócios.

HOTEL HISTÓRICO –(HH): Em prédios, locais ou cidades históricas, no meio urbano ou rural. Prédio tombado pelo IPHAN ou de significado histórico ou valor regional reconhecido, mista com executivos e turistas, e com predominância variável, de uns ou outros. Normalmente restrita à hospedagem.

HOTEL DE LAZER –(HL): Áreas rurais ou locais turísticos fora do centro urbano. Normalmente partido arquitetônico horizontal, recebe turistas em viagens de recreação e lazer. Áreas, instalações, equipamentos e serviços próprios, para lazer e entretenimento.

POUSADA –(P): instaladas em locais turísticos, normalmente fora do centro urbano, predominantemente construída em partido arquitetônico horizontal, recebe turistas em viagens de recreação e lazer. Restrita à hospedagem.

1.1.1 – Pousadas: definições e elementos caracterizadores

O conceito de pousadas parte da variante da tipologia dos meios de hospedagem, já abordados no tópico anterior. Caracteristicamente, o conceito de pousada surge a partir de uma administração familiar, na qual traz o aconchego do lar.

Na definição do SEBRAE (2014) para pousadas, elas são inspiradas nas hospedarias do passado, as pousadas são a versão contemporânea daqueles estabelecimentos em que se pode conjugar o aconchego de um lar à isenção de

tarefas domésticas proporcionadas pelos hotéis. Elas são fenômenos razoavelmente recentes, mas já estão presentes na maioria das cidades de pequeno e médio porte com vocação turística. Representam alternativa de hospedagem mais acessível, sem que isso signifique ausência de conforto ou charme. Ao contrário, charme, conforto e personalidade são os primeiros pontos em que o empreendedor da área deve investir. As pousadas mais requisitadas têm em comum o respeito às tradições da hospitalidade, integradas a modernos conceitos de conforto e serviços. Tudo pelo prazer de bem receber.

Ainda utilizado o conceito do SEBRAE (2014), hotéis e pousadas são estabelecimentos comerciais de hospedagem. A pousada costuma não ter parâmetros predefinidos de classificação, situa-se em edificações de valor histórico, ou em construções novas, com um estilo próprio na decoração interna, de acordo com o paisagismo do entorno e que oferece serviços com atendimento personalizado e cozinha regional ou internacional refinada. O público alvo do estabelecimento é constituído basicamente de turistas e pessoas viajando a negócios.

Segundo o blog JCNAVEGATUR (2008), pousada é um meio de hospedagem de aspectos arquitetônicos e construtivos, instalações, equipamentos e serviços mais simplificados, normalmente limitados, apenas o necessário para hospedagem do turista para aproveitamento do atrativo turístico junto ao qual o estabelecimento se situa.

Os conceitos que permeiam o tema pousada não variam muito, é uma construção mais simples, que remete ao aconchego do lar e com uma administração geralmente familiar. De acordo com o guia da cidade do Rio de Janeiro (+ Rio, 2014), pousada é um estabelecimento comercial, semelhante a um hotel, mas em geral, modesto em tamanho e administrado de maneira familiar.

1.2 A IMPORTANCIA DA NBR9050

O debate sobre acessibilidade no Brasil teve início na década de 80, ainda que de modo discreto, com o objetivo da conscientização dos profissionais da área da construção sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas. De acordo com Cambiaghi (2007) a partir de 1981, ano internacional de atenção à pessoa com deficiência, algumas leis foram promulgadas com o intuito de garantir acesso e utilização dos espaços construídos.

A Norma Brasileira 9050, primeira norma técnica relativa à acessibilidade, surgiu no ano 1985, quando foi publicada pela primeira vez. De título "Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente", a NBR9050, elaborada pela Associação de Normas Técnicas Brasileiras, ABNT, trazia referenciais técnicos na área da acessibilidade. A norma tinha como objetivo:

Fixar as condições as exigíveis, bem como os padrões e as medidas que visam propiciar às pessoas deficientes melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e às vias públicas urbanas (catálogo ABNT, 1985).

Em 1994, entrou em vigor a nova NBR9050 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos - Agora revisada, trazendo novos referenciais e nova abordagem sobre o tema.

Em 2004, a NBR9050 sofreu outra revisão, assumindo importante papel de complementação as leis. Bastante utilizada pelos profissionais ligados a área de construção, a nova NBR9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – Traz como objetivo:

Estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados em projetos, construções, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. (catálogo ABNT, 2004).

1.2.1 – Acessibilidade

Acessibilidade é a segurança de que os direitos de pessoas portadoras de alguma deficiência e/ou mobilidade reduzida sejam garantidos, e que essas pessoas tenham certeza que poderão transitar por onde quiserem sem depender de outro alguém.

O conceito de acessibilidade demorou a fazer parte da realidade da sociedade brasileira, a discussão sobre o tema vem sendo trabalhado com muito mais frequência nos dias atuais. No ano 2000, o congresso nacional aprovou duas leis importantes a cerca desse tema. A lei nº 10.048/00 (anexo 1), que aborda a prioridade de atendimento as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e a lei nº 10.098/00 (anexo 2), que estabelece normas para a produção de espaços acessíveis. Estas leis foram regulamentadas em 2004 pelo decreto 5.296. Todas as leis brasileiras remetem à norma técnica NBR9050, principal ferramenta de consulta e orientação para engenheiros e arquitetos.

Segundo Almeida, Lanchoti, Lopes e Perito acessibilidade é:

a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ALMEIDA, LANCHOTI, LOPES e PERITO, 2011, p.09).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a norma brasileira 9050, que define a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, o conceito de acessibilidade é definido: "pela possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos" (NBR9050, 2004, p.02).

A acessibilidade garante o direito de quem por algum motivo possui uma necessidade especial, garantindo que barreiras não existam no caminho. Ligado diretamente à acessibilidade está a enorme diferença de pessoas e suas diferentes características (ver figura 03, 04, 05, 06, 07, 08). Nenhum ser humano é igual ao

outro, por tanto os ambientes devem ser pensados para atender ao maior número possível de pessoas.

Diversidade de altura, mobilidade, capacidade de percepção, agilidade, essas são algumas das variadas características dos seres humanos, e são elas que devem ser analisadas e levadas em consideração na hora da concepção de um projeto arquitetônico.

FIGURA 03: Usuário de cadeira de rodas. **FIGURA 04:** Pessoa anã.



FONTE: Orientações técnicas sobre acessibilidade e design inclusivo, 2011. **FONTE:** Orientações técnicas sobre acessibilidade e design inclusivo, 2011.

FIGURA 05: Pessoa Obesa. **FIGURA 06:** Pessoa com deficiência visual



FONTE: Orientações técnicas sobre acessibilidade e design inclusivo, 2011.

FIGURA 07: Idosos. **FIGURA 08:** Usuário de muletas.



FONTE: Orientações técnicas sobre acessibilidade e design inclusivo, 2011.

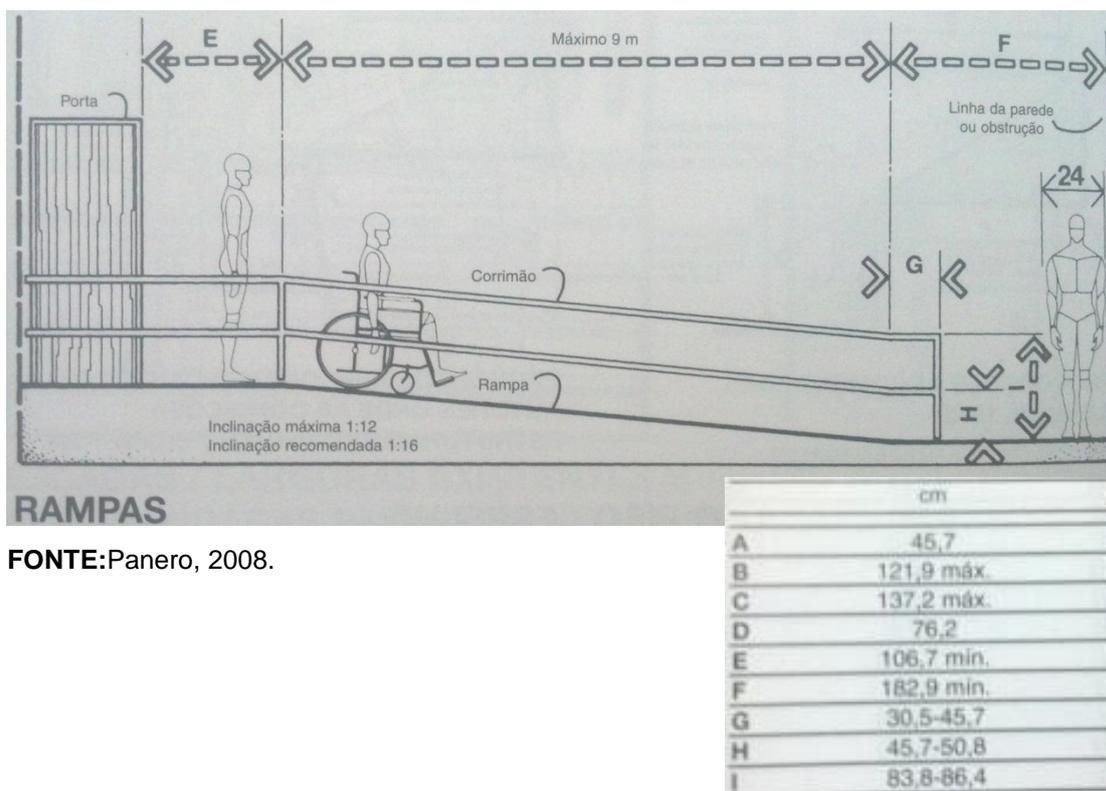
Após o decreto 5.296 em 2004, se tornou obrigatório a utilização da NBR9050 nas construções, reformas e ampliações de edificações de uso público e coletivo, resultando em adequações dos espaços arquitetônicos, tornando-os parcialmente acessíveis. A NBR9050 (2004) define uso público como espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.

Este cuidado veio garantir o direito de que todas as pessoas pudessem ir e vir no espaço de uso público, facilitando o acesso das pessoas com deficiência com a diminuição de obstáculos nos caminhos.

A NBR9050 prevê a adequação desses espaços, onde é preciso atender tais requisitos como:

- Rampa de acesso para o edifício.

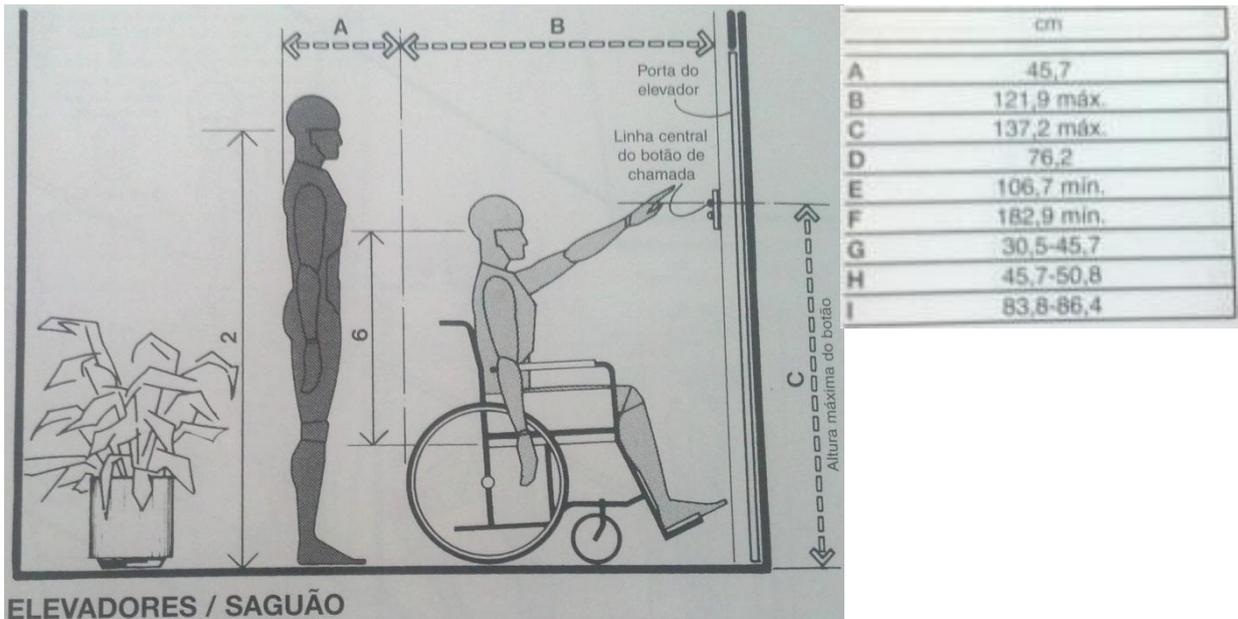
FIGURA 09: Rampa de acesso.



FONTE: Panero, 2008.

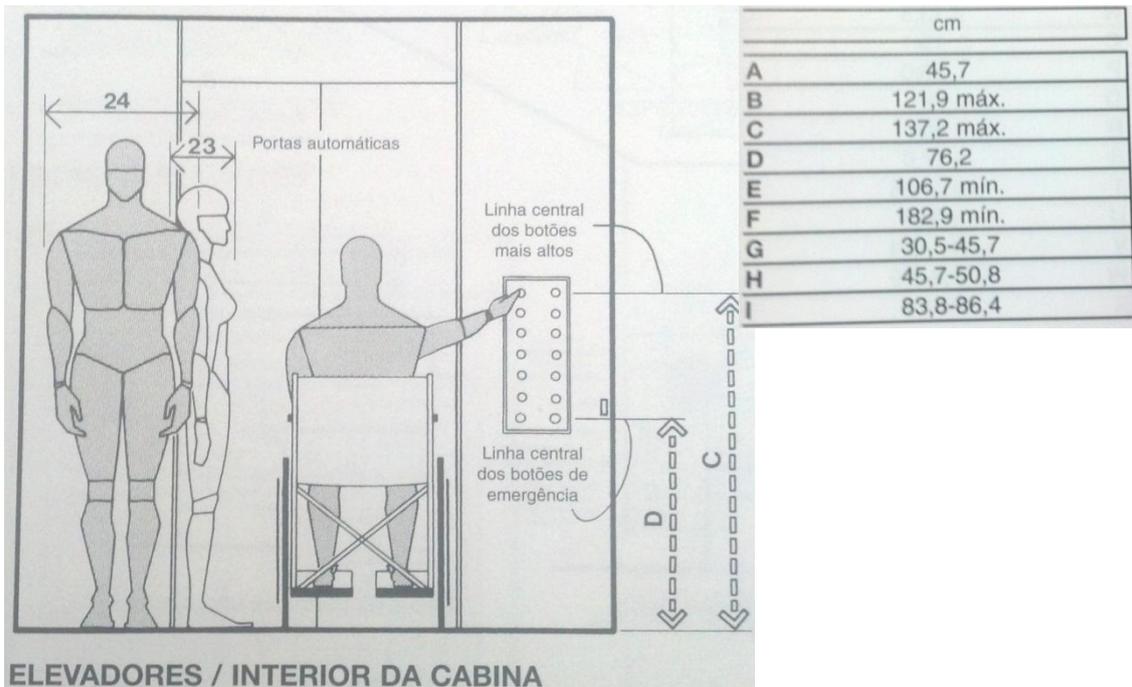
- Elevadores para circulação vertical no edifício.

FIGURA 10: Altura do botão de chamada externo.



FONTE:Panero, 2008.

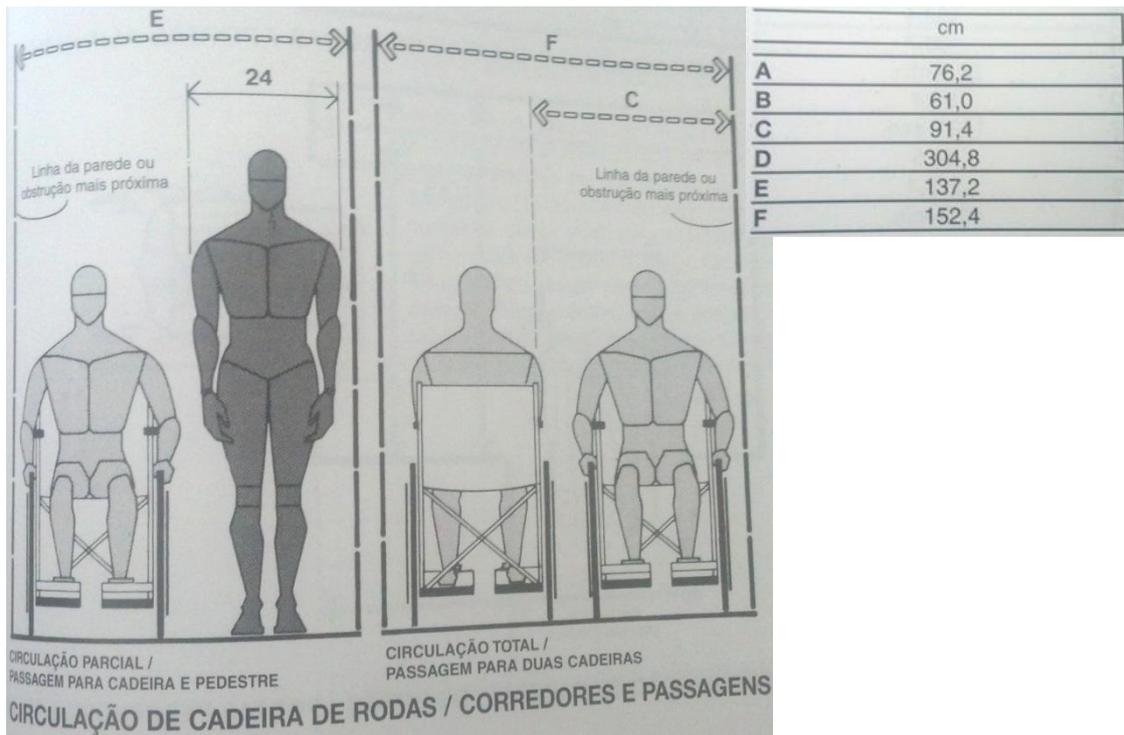
FIGURA 11:Altura dos botões de chamadas interna.



FONTE:Panero, 2008.

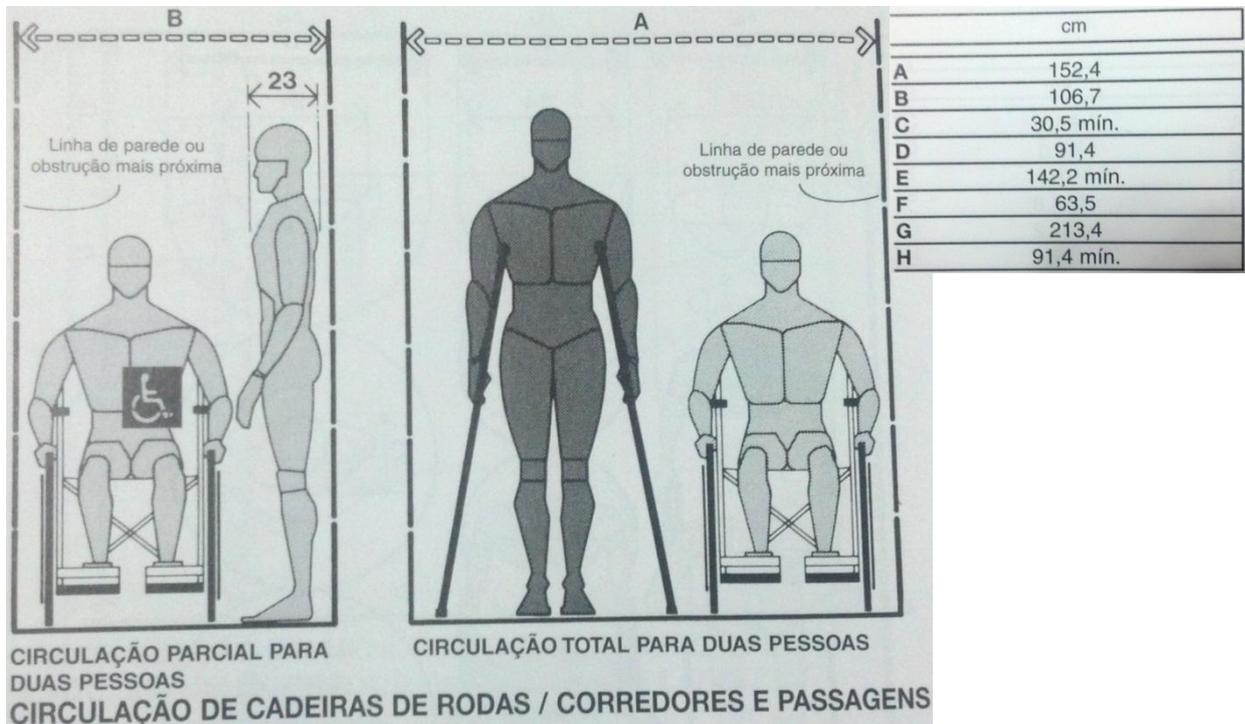
- Circulações internas espaçosas para facilitar o uso do deficiente.

FIGURA 12: circulação de corredor.



FONTE:Panero, 2008.

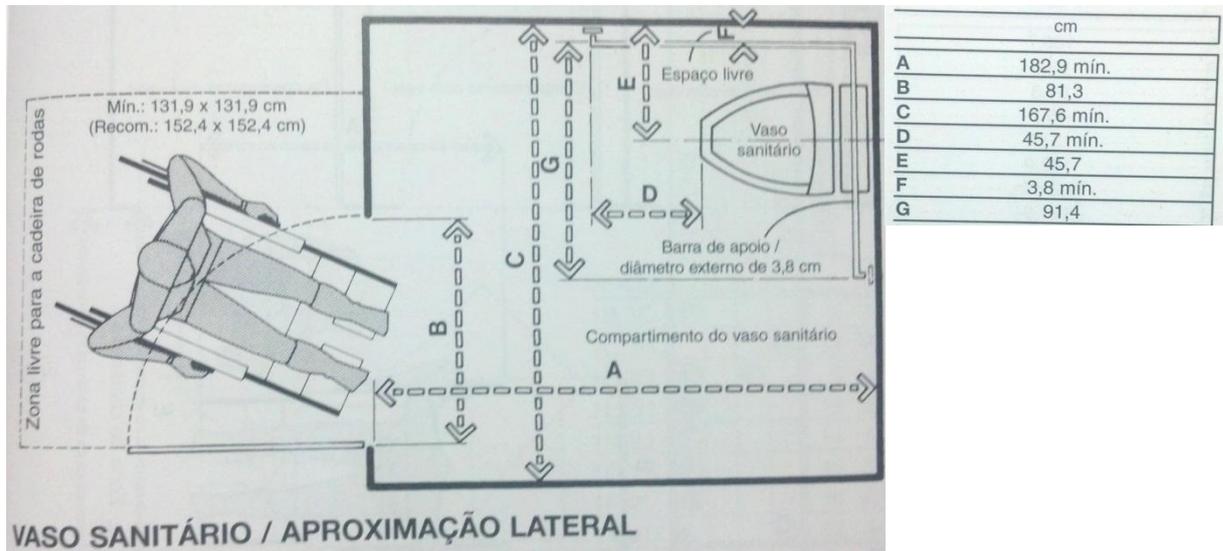
FIGURA 13: Circulação de corredor.



FONTE:Panero, 2008.

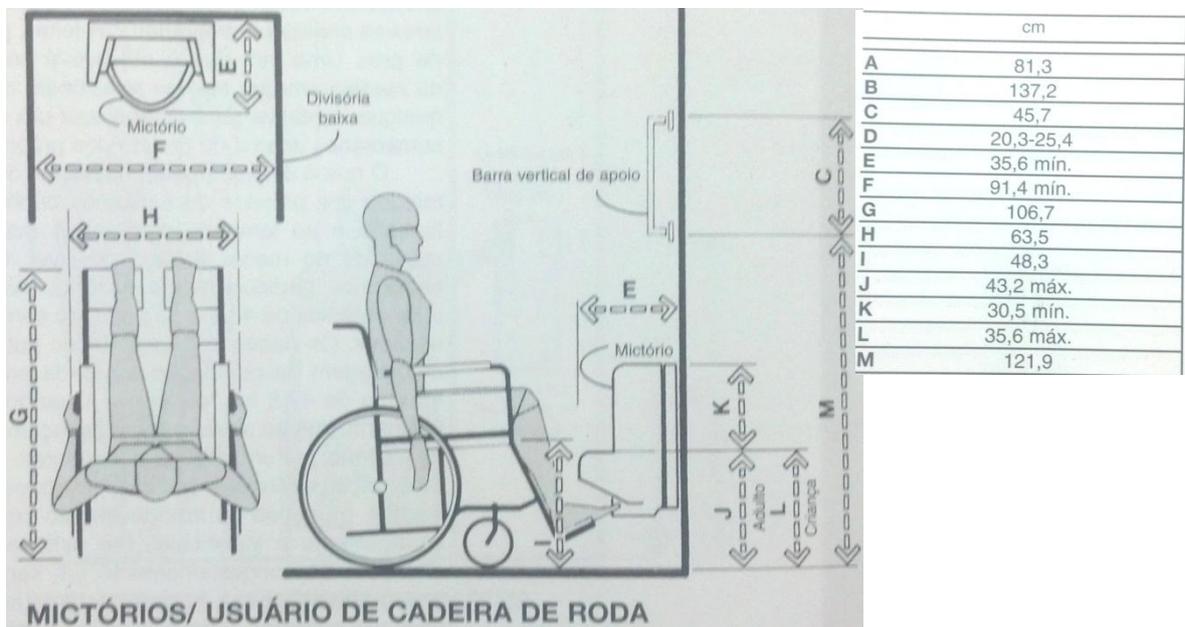
- Banheiros acessíveis

FIGURA 14: banheiro acessível.



FONTE:Panero, 2008.

FIGURA 15: Banheiro acessível.



FONTE:Panero, 2008.

FIGURA 16: Banheiro acessível.

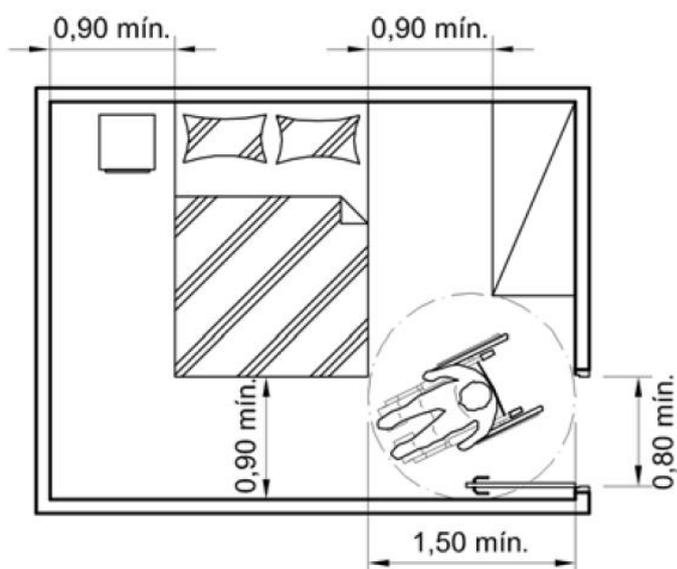


FONTE: Panero, 2008.

A NBR9050 prevê ainda diretrizes para os locais de hospedagem. Hotéis, motéis, pousadas precisam estar adequados à norma, permitindo um espaço acessível para todos. Para isso também é necessário obedecer alguns requisitos como:

- As dimensões dos dormitórios (figura 17) acessíveis devem atender às condições de acessibilidade.

FIGURA 17: Dimensões mínimas para um dormitório.



FONTE: NBR9050, 2004.

- O banheiro deve seguir as normas como já ilustrado anteriormente.
- O mobiliário deve ter uma atenção especial, em relação às alturas e larguras.

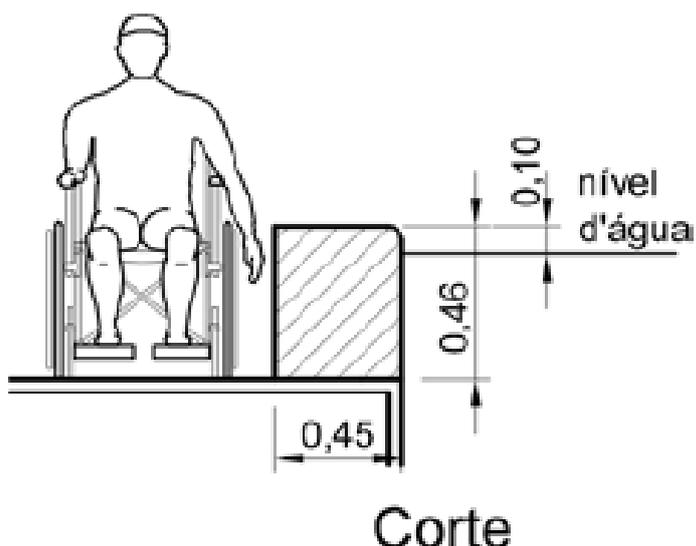
Também é previsto pela NBR9050 a adequação para piscinas, onde são muito utilizadas nos meios de hospedagens, na área de lazer.

FIGURA 18: Norma para piscina acessível.

<p>8.5.2.5 Quando o acesso à água for feito por banco de transferência, este deve atender ao seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">a) ter altura de 0,46 m;b) ter extensão de no mínimo 1,20 m e profundidade de 0,45 m;c) garantir área para aproximação e manobra, sendo que a área para transferência junto ao banco não deve interferir com a área de circulação;d) o nível da água deve estar no máximo a 0,10 m abaixo do nível do assento do banco. <p>8.5.2.6 Quando da utilização de banco de transferência, este deve estar associado à rampa ou escada.</p>

FONTE: NBR9050, 2004.

FIGURA 19: Banco para transferência na piscina.



FONTE: NBR9050, 2004

1.2.2 – DESENHO UNIVERSAL

Segundo Cambiaghi e Carletto:

A ideia de um Universal Design nasceu depois da Revolução Industrial, quando foi questionada a massificação dos processos produtivos, principalmente na área imobiliária. A concepção de conforto está intimamente ligada a fatores pessoais: nossa altura, dimensão, idade, destreza, força e outras características. O objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequadas à utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida é de se propor a atender TODAS as pessoas, num aspecto realmente universal (CAMBIAGHI e CARLETTO, 2014, p.08/09).

O desenho universal é uma técnica utilizada não apenas para deficientes, a sua abrangência é muito maior, tem como objetivo criar espaços confortáveis para qualquer pessoa. A ideia é justamente de evitar a criação de barreiras no ambiente, tornando-o seguro para que qualquer indivíduo possa ter autonomia para utilizá-lo.

O desenho universal visa a melhor elaboração do projeto contemplando áreas espaçosas e seguras para todos os usuários, como objetivo de simplificar a vida de todos independente de suas características.

Segundo Almeida, Lanchoti, Lopes e Perito:

De acordo com a convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência promulgada pelo decreto Federal nº. 6.949/09, significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico (ALMEIDA, LANCHOTI, LOPES e PERITO, 2011, p.09).

Cambiaghi e Carletto abordam os princípios do desenho universal:

Em 1987, o americano Ron Mace, arquiteto que usava cadeira de rodas e um respirador artificial, criou a terminologia Universal Design. Mace acreditava que esse era o surgimento não de uma nova ciência ou estilo, mas a percepção da necessidade de aproximarmos as coisas que projetamos e produzimos, tornando-as utilizáveis por todas as pessoas. Na década de 90, o próprio Ron criou um grupo com arquitetos e defensores destes ideais para estabelecer os sete princípios do desenho universal. Estes conceitos são mundialmente adotados para qualquer programa de acessibilidade plena (CAMBIAGHI e CARLETTO, 2014, p.12).

Cambiaghi e Carletto(2014) definem que os setes princípios do desenho universal foram criados, para serem utilizados como base para estudos, consultas, informação

e conhecimento sobre o tema, e buscam orientar pessoas ligadas a área da construção na elaboração de projetos. Os sete princípios são:

- Uso equiparável: São espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos.
- Uso flexível: Design de produtos ou espaços que atendem pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis para qualquer uso.
- Uso simples e intuitivo: De fácil entendimento para que uma pessoa possa compreender independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem, ou nível de concentração.
- Informação de fácil percepção: Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender as necessidades de todos, seja uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição.
- Tolerante ao erro: Minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais.
- Baixo esforço físico: Para ser usado eficientemente, com conforto e com o mínimo de esforço.
- Dimensão e espaço para aproximação e uso: Estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, alcance, manipulação e o uso, independentemente do tamanho do corpo (obesos, anões etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.).

O desenho universal promove a arquitetura inclusiva, que prepara todo o ambiente e design para que qualquer ser humano utilize o espaço da melhor forma possível, tornando-a voltada não somente para a estética, e sim para o bem-estar de quem vai utilizá-la.

1.3 TURISMO E SEUS SEGMENTOS

Turismo é o movimento de pessoas para outro destino que não sejam seus locais de trabalho e residência. É a atividade de pessoas que saem de suas residências para outro destino, seja qual for o motivo, trabalho, lazer, entre outros.

Turismo Acessível volume 1, trata sobre o turismo e como ele é trabalhado:

O turismo é uma das atividades econômicas que tem tido as maiores taxas mundiais de crescimento anual há várias décadas. Isto fez ampliar mercados antes inexplorados e atingir amplas camadas da população, devido às diferentes facilidades de acessos e meios de transportes, aumento da renda e ações promocionais. Porém, o crescimento das viagens de turismo ainda não permitiu que todos os segmentos da população fossem beneficiados para desfrutar do turismo de lazer. Pessoas com deficiência de diferentes tipologias e pessoas com mobilidade reduzida, tais como idosos e obesos, também poderiam ser incluídos nas estatísticas de exclusão social do turismo, pois encontram dificuldades para se adaptarem às instalações e equipamentos nas edificações turísticas e espaços de lazer, ao mesmo tempo em que encontram prestadores de serviços sem qualificações específicas para um atendimento diferenciado(2009, p.12/13).

Turismo Acessível volume 3, define uma tipologia para o turismo:

O turismo pode ser entendido, de forma operacional, como o conjunto de cinco elementos– atrativo, infraestrutura, serviços, comunidade e turista. O Ministério do Turismo adota conceitos específicos para estes termos, porém pra fins de entendimento, neste documento, considera-se:

- Atrativo - O que faz alguém ir a um destino (atrativos naturais ou artificiais, eventos especiais, entretenimento, história, cultura, família e amigos, negócios etc.);
- Infraestrutura – acessos, sistemas de informação e comunicação, sistemas de abastecimento e saneamento etc.;
- Serviços - Agenciamento, alimentação, meios de hospedagem, transportes, comércio, guias, etc.;
- Comunidade - moradores locais, associações e o governo local;
- Turista - consumidor de diferentes classes sociais, motivações e interesses que realizam viagens turísticas (2009, p.12/13).

De acordo com o blog JCNAVEGATUR (2008):

O turismo vem ganhando uma importância cada vez maior no contexto do desenvolvimento socioeconômico, devido ao aumento da renda da população. Desta forma uma faixa bem maior da população está

participando deste fenômeno de massa. A indústria Hoteleira é um elemento de grande significado dentro de uma política de desenvolvimento turístico de uma região ou país. Não existe desenvolvimento turístico sem uma hotelaria forte(São Paulo, 2008).

O turismo possui grande variação tipológica, como o turismo cultural, de lazer, ecológico, de trabalho, entre vários outros, o que vai diferenciar é o interesse de cada turista, que depois de resolvido que tipo de turismo deseja ser realizado, vai ser direcionado ao local a ser escolhido.

1.3.1 – TURISMO ACESSÍVEL

O turismo acessível visa integrar as pessoas deficientes a todos os níveis do turismo, promovendo uma adaptação à maneira de pensar o turismo, promovendo melhoria ao meio, pensando uma infraestrutura de qualidade para receber a pessoa com deficiência.

O Turismo tem assumido progressivamente uma postura mais crítica e preocupada, observando-se nos últimos tempos, as alterações nas características dos equipamentos e dos serviços turísticos. As pessoas com deficiências desejam um tratamento igual às demais pessoas nas mais diversas atividades turísticas, nas quais respeitando as capacidades e mobilidades individuais, apenas carecem de algumas adaptações(NUNES, 2011. p.06).

O turismo acessível integra as necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao serviço turístico.

O turismo acessível “reconhece que qualquer pessoa deve poder usar os equipamentos e serviços turísticos e que é necessário proporcionar uma oferta de serviços e atividades orientada para os gostos e preferências de pessoas que tenham um conjunto de limitações a que podem corresponder necessidades e exigências diferentes de outros segmentos da procura”(NUNES, 2011, p.14).

O turismo tem grande potencial na integração do indivíduo ao meio, incluindo as pessoas aos meios de lazer, ampliando a participação de todos na atividade turística e promovendo a geração de renda de vários lugares, já que pessoas deficientes e

com mobilidade reduzida, são em potencial, pessoas que buscam conforto e descanso, e obviamente, esperam qualidade no atendimento.

A cartilha do Programa Turismo Acessível (2012), define que o turismo acessível promove a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

Turismo Acessível volume 1, avalia a acessibilidade e o turismo:

A Constituição Brasileira, afirma que toda pessoa com deficiência deve ter as mesmas oportunidades na sociedade e alcançar a sua independência social e econômica para integrar-se plenamente na sociedade, como parte de um processo em defesa da cidadania e do direito à inclusão social da pessoa com deficiência. Qualquer que seja o estabelecimento - turístico, comercial etc. - deve possuir adaptações que o turista com deficiência tenha independência, autonomia e dignidade de forma coletiva ou individual. Turismo Acessível é, portanto, o termo técnico para definir a “possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico”. (2009, p.26/27).

Visando essa integração da pessoa com deficiência ao meio, surgiu o projeto Praia Acessível, que promove a acessibilidade no turismo praieiro, trazendo a possibilidade do banho de mar à pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O Instituto Nacional para a Reabilitação de Portugal (2014), que também vem engajado na temática, promove o projeto Praia Acessível – Praia para todos, que pretende que as praias passem a assegurar condições de acessibilidade que viabilizem a sua utilização e desfrute, com equidade, dignidade, segurança, conforto e a maior autonomia possível, por todas as pessoas, independentemente da sua idade, de possíveis dificuldades de locomoção, ou deficiências.

Aqui no Brasil, especificamente em Pernambuco, foi criado o projeto Praia Sem Barreira, uma parceria da secretaria do turismo com as prefeituras dos municípios, onde as praias de Boa Viagem, Olinda, Fernando de Noronha e Porto de Galinhas já recebem esse trabalho. O Projeto Praia Sem Barreiras chega para integrar e incluir pessoas com deficiência e mobilidade reduzida às praias, onde é possível tomar banho de mar assistido com cadeiras anfíbias, e promovem também voleibol sentado. Essa iniciativa é muito importante, pois trata da inclusão social além de

promover a autonomia, dentro do possível, para pessoa com deficiência, na qual onde antes era difícil chegar a areia da praia, hoje a realidade é bem diferente, quando o banho de mar tornou-se possível, gerando mais uma conquista para estas pessoas.

Este capítulo teve como objetivo apresentar o embasamento para que seja possível fundamentar o anteprojeto de uma pousada que atenda os princípios do desenho universal. Sem essa fundamentação, dificilmente o anteprojeto atenderia as reais necessidades do ambiente e principalmente das pessoas com necessidades especiais.

2. ESTUDO DE CASO

Este capítulo trata sobre as pesquisas de campo realizadas, onde foi possível vivenciar espaços e analisar de perto os pontos positivos e negativos de cada projeto.

2.1 –BAÍABRANCA BEACH RESORT – TAMANDARÉ- PE

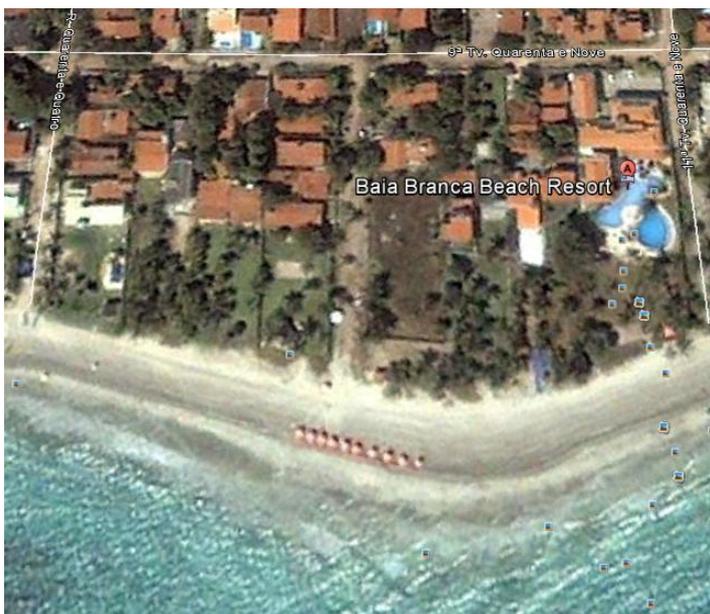
O Resort Baía Branca Beach Resort está localizado na beira mar da praia de Tamandaré, em Pernambuco, em um local privilegiado, bem próximo à avenida principal.

FIGURA 20: Rota de acesso para Tamandaré



FONTE: Baía Branca Beach Resort, 2012.

FIGURA 21: Localização do Resort



FONTE: Google Earth, 2012.

Segundo o site Baía Branca Beach Resort(2014), o conceito do Baía Branca Beach Resort foi concebido para atender a um hóspede exigente que procura conforto, qualidade e destinos paradisíacos para férias ou para eventos corporativos. Oferece serviços de lazer, com piscina e área para criança, restaurante, lobby bar, bar da piscina, academia, massagens e lojas de souvenirs.

Com uma área de aproximadamente 4.200m², o resort possui ampla área de lazer com uma extensa piscina em diferentes formatos e um grande jardim que torna o agenciamento bastante agradável.

A ventilação do Baía Branca é bastante funcional, tem seus quartos e os principais usos, como a recepção, voltados para o nascente, e o uso de serviços voltado para o poente. Utiliza cobogós nas divisórias das varandas de um quarto para o outro. O quarto possui aberturas voltadas para o nascente, permitindo a circulação de ventos dentro do quarto. A área da recepção possui grandes vãos que podem ser abertos permitindo também uma boa circulação dos ventos e aproveitando a luz do sol, otimizando a economia de energia. O muro do resort é vazado, com utilização também de cobogó e muitas plantas, o que funciona muito bem para o local, dando um efeito visual muito agradável além de deixar o vento circular por todo o empreendimento.

FIGURA 22:Cobogó na divisória das varandas.**FIGURA 23:**Cobogó na divisória das varandas.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 24: Abertura dos quartos



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 25: Aberturas da recepção



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 26: Aberturas da recepção



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 27: Muro vazado, com utilização de cobogó.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 28: Muro vazado, com utilização de cobogó.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

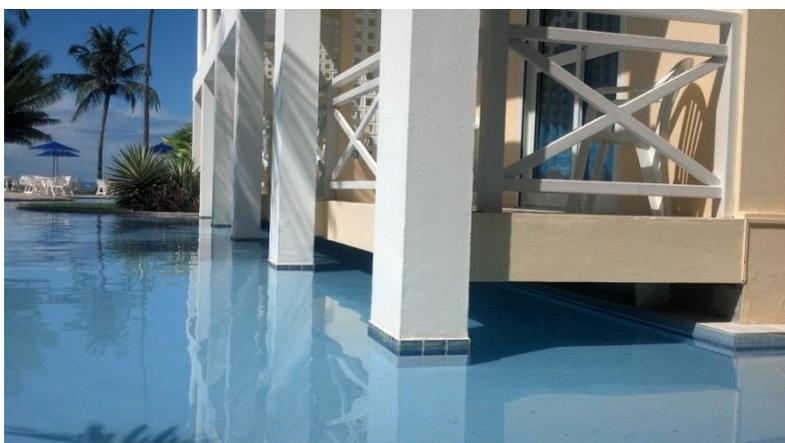
No empreendimento, a insolação é bem utilizada, com a piscina ao ar livre recebendo o sol da manhã. A piscina é utilizada também como espelho d'água, amenizando as temperaturas do quarto. Os quartos têm fachadas voltadas para o nascente, conseqüentemente não recebe o sol da tarde, o que é um ponto positivo para o aproveitamento das temperaturas amenas do quarto.

FIGURA 29: Piscina formando espelho d'água



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 30: Piscina formando espelho d'água



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

O resort é preparado para receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, na entrada possui rampa acessível (figura 31), e na área comum a todos, não existem obstáculos e há rampas que dão acesso a vários ambientes. Como a recepção, ao corredor dos quartos e restaurante, à piscina e a praia.

FIGURA 31: Rampa de acesso ao resort



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 32: Rampa de acesso aos quartos e restaurante



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 33: Rampa de acesso a piscina.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 34: Rampa de acesso a praia.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

A piscina não possui adaptação para o banho de cadeirantes. De 30 apartamentos que o Baía Branca Beach Resort possui, 1 suíte é adaptada. O corredor que dá acesso ao quarto é largo permitindo o acesso seguro da pessoa com deficiência. O quarto possui uma porta larga permitindo a entrada de um cadeirante.

FIGURA 35: Corredor que dá acesso e a porta do apartamento.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

O quarto possui corredor largo, uma cama king size, bastante espaçosa, que atende muito bem a pessoa com deficiência, possui também um local para transferência da cadeira de rodas para cama. A bancada do quarto é aberta na parte inferior à prateleira para a entrada da cadeira, espelho com a inclinação de 10%, ideal para garantir a autonomia do cadeirante, pois ele consegue se ver sem dificuldade. O guarda roupa possui porta de correr, e a disposição interna do cabide está mais baixa para que o cadeirante consiga pendurar suas roupas sem a ajuda de ninguém.

FIGURA 36:Corredor interno do quarto. **FIGURA 37:**Cama King Size.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 38:Espelho com inclinação de 10%.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 39: Guarda roupa com cabideiro baixo.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

O banheiro é adaptado, com espaço para o cadeirante fazer o giro de 360 graus. A bacia sanitária e o chuveiro possuem barras de apoio. O box possui uma cortina plástica, facilitando o acesso da cadeira. A pia não desce até o chão, facilitando o uso do cadeirante, que pode se aproximar dela sem bater os pés.

FIGURA 40: Barras de apoio.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 41: Barras de apoio e Cortina plástica.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 42: Pia acessível.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

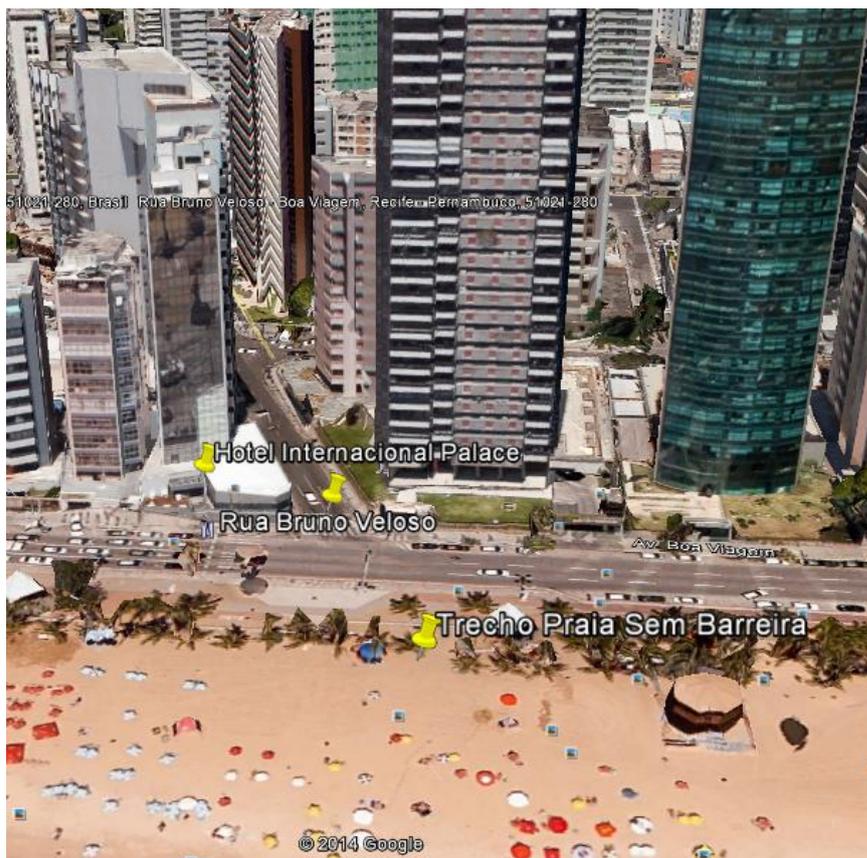
No geral, o Baía Branca Beach Resort trabalha muito bem o quesito acessibilidade, e busca atender com o maior conforto e segurança possível a esses hóspedes que necessitam de uma atenção especial. É necessário que, cada vez mais, os meios de hospedagens se preocupem com esse leque de necessidades, visando atender a todos, incluindo pessoas com necessidades especiais ao turismo, propiciando-lhes conforto, autonomia e segurança.

2.2 – PROJETO PRAIA SEM BARREIRA – RECIFE- PE

O Projeto Praia Sem Barreira é a realização de um programa da secretaria do Turismo em parceria com a prefeitura do Recife, que visa promover o acesso de pessoa com deficiência e mobilidade reduzida à praia de Boa viagem, no Recife – Pernambuco.

O projeto fica localizado em frente ao Internacional Palace Hotel, que se encontra em um terreno que faz esquina com a Avenida Boa Viagem e a Rua Bruno Veloso.

FIGURA 43: Trecho localizado a Arena Acessível.



FONTE:Google Earth, 2014.

Para que as pessoas deficientes pudessem ter acesso à praia, foi pensado numa rota acessível, ou seja, uma rota com níveis de acessibilidade, permitindo que o deficiente passeie por um caminho seguro até chegar à praia. A rota sai da parada 15, situada na Avenida Conselheiro Aguiar, e vai até o Internacional Palace Hotel, na Avenida Boa Viagem. No total, o percurso tem 300 metros de comprimento. Também foram construídas 11 rampas, sendo cinco na Avenida Boa Viagem, quatro na Rua dos Navegantes e duas na Avenida Conselheiro Aguiar (Fonte: Jornal do comercio, 2013).

FIGURA 44:Rampa de acesso do calçadão para a areia.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 45:Rampa de acesso do calçadão para a areia.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

A ação foi implantada em uma área com cerca de 200 metros quadrados, que é montada e desmontada de quinta a domingo, no horário de 8h às 12h. Para que a cadeira de rodas consiga chegar até a arena, foi colocada uma esteira com 30 metros de comprimento proporcionando um caminho acessível até as cadeiras anfíbias.

FIGURA 46:Esteira de acesso as cadeiras anfíbias.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 47: Arena Praia Sem Barreiras.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

O projeto promove o banho de mar assistido às pessoas com deficiência motora e mobilidade reduzida utilizando as cadeiras anfíbias, que são adaptadas para andar na areia e na água.

FIGURA 48: Cadeiras anfíbias. **FIGURA 49:** Cadeiras anfíbias sendo uti-

lizada por uma pessoa deficiente.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014. **FONTE:** Autora da pesquisa, 2014.

O projeto Praia Sem Barreiras se faz importante, por promover o turismo acessível e incluir pessoas que antes não tinham a possibilidade de chegar a areia da praia, e hoje com o projeto, podem tomar até o banho de mar.

2.3- POUSADA RECANTO DOS MANACÁS – SOCORRO - SP

A pousada Recantodos Manacás está localizada em Socorro, São Paulo. Foi escolhida porque a cidade de Socorro é modelo em acessibilidade. De acordo com o site Ame São Paulo (2014), Socorro começou a se preparar para receber turistas com deficiência. Em maio de 2009, foi realizada a inauguração oficial das adaptações no município, com participação do Ministério das Cidades, que financiou R\$ 1,5 milhão das obras. Dos cerca de 400 mil turistas que visitam Socorro anualmente, aproximadamente 10% são pessoas com deficiência.

Segundo o site da Prefeitura de Socorro (2014), o município se encontra 132 km distantes da capital, está localizada junto a Serra da Mantiqueira numa extensão de 449,2 Km², com relevo montanhoso e grande potencial hidrográfico. Possui uma

população estimada em 36.686hab, e limita-se ao Norte com Águas de Lindóia e Monte Sião – MG, ao Sul com Pinhalzinho, ao leste com Bueno Brandão – MG, e a Oeste com Monte Alegre do Sul e Serra Negra. Altitude de 745 metros. Possui um clima quente (ameno-seco) com temperaturas variando entre 25 a 34 graus no verão,e entre de 01 a 15 graus no inverno.

A prefeitura de Socorro (2014) define que as principais atividades econômicas são o turismo, comércio e serviços, e agricultura.Tendo em vista a característica econômica do município, aliada à grande riqueza natural, além do turismo convencional e do turismo rural, o turismo de lazer c/ várias modalidades de esportes radicais tais como: rafting, bóia-cross, canyoning, trilhas, mountain biking, trilhas de jeep, asa delta, trike, etc, como uma grande opção do município.

FIGURA 50: Localização de Socorro.



FONTE: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Socorro_\(S%C3%A3o_Paulo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Socorro_(S%C3%A3o_Paulo)), 2014.

Segundo o site Estancia do Socorro (2014), o município de Socorro recebeu a missão de tornar-se o primeiro destino turístico adaptado aos portadores de deficiência.Para tal, se faz necessário a criação de um plano que atenda as reais necessidades para esse público. Portanto, hotéis, pousadas, restaurantes, bancos, comércios, pontos de visitação turística, operadoras, correio, farmácia,

supermercado, hospital, transporte, entre outros, deverão adaptar-se a essa realidade.

O site da Pousada dos Manacás (2014) aborda um pouco de como é a pousada, aproveitando a topografia local. Ela foi construída em meio a um vale verdejante da Serra da Mantiqueira, o que propicia lindas paisagens, que podem ser apreciadas de toda a pousada. Além de uma estrutura completa para atender os hóspedes, o Recanto dos Manacás também propicia vários atrativos em virtude de sua localização privilegiada. A pousada é a mais próxima do centro da Estância de Socorro, distante 1500 metros.

Segundo o site da pousada (2014), após 12 anos de funcionamento, tem a disposição dois prédios com estruturas diferenciadas entre si: prédio pousada e a casa do bosque.

A suíte acessível está localizada no prédio pousada na unidade 04 no piso térreo. A suíte é equipada com: Uma cama de casal, um beliche, área para espaço de transferência, possui espaço para circulação do cadeirante, porta dupla para facilitar o acesso.

FIGURA 51: Cama de casal com a área de transferência e um beliche.



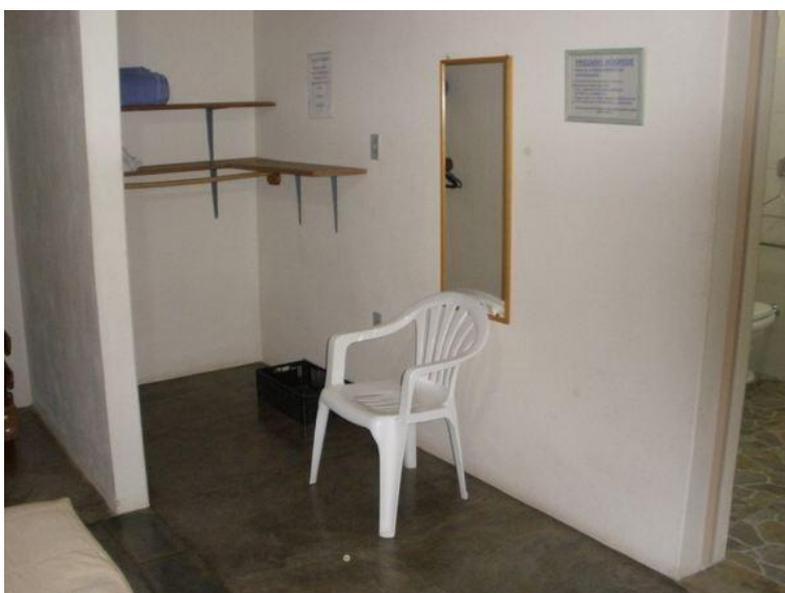
FONTE: site da pousada recanto dos manacás, 2014.

FIGURA 52: Porta dupla de acesso ao quarto.



FONTE: site da pousada recanto dos manacás, 2014.

FIGURA 53: espaço para circulação.



FONTE: site da pousada recanto dos manacás, 2014.

O banheiro é adaptado e possui barras de apoio tanto na bacia sanitária quanto no chuveiro. Este conta ainda com uma cadeira para o banho, que garante mais segurança e facilidade para o deficiente, já que a cadeira pode ser molhada sem nenhum problema, garantindo a segurança no banho e a funcionalidade da cadeira, pois ela foi pensada e instalada seguindo as especificações necessárias. A pia não

vai até o chão, o que facilita a aproximação da cadeira de rodas e conta também com barras de apoio.

FIGURA 54: Banheiro adaptado.



FONTE: site da pousada recanto dos manacás, 2014.

FIGURA 55: Banheiro adaptado.



FONTE: site da pousada recanto dos manacás, 2014.

FIGURA 56: Banheiro adaptado.



FONTE: site da pousada recanto dos manacás, 2014.

2.4- ANÁLISE COMPARATIVA

Esta análise tem como objetivo identificar e analisar os projetos arquitetônicos engajados na temática apresentada pela pesquisa, criando o embasamento necessário para atender a todas as necessidades de anteprojeto de uma pousada que utiliza os princípios do desenho universal, promovendo a inclusão de deficientes aos meios de hospedagens e ao turismo.

Os tópicos analisados foram, insolação, ventilação, acessibilidade na área comum e acessibilidade no quarto.

QUADRO 1: Análise comparativa.

ITENS AVALIADOS	BAÍA BRACA BEACH RESORT Tamandaré - PE	PROJETO PRAIA SEM BARREIRAS Recife - PE	POUSADA RECANTO DOS MANACÁS Socorro - SP
VENTILAÇÃO	A ventilação natural é muito bem utilizada, com as fachadas e aberturas principais voltadas para o nascente, recebendo os melhores ventos.	A ventilação natural é utilizada ao máximo, visto que a arena está num local ao ar livre.	Poucas aberturas de janelas, porém a porta de entrada possui veneziana permitindo a circulação do vento.
INSOLAÇÃO	A luz solar é bem aproveitada na área de lazer, recebendo o sol em boa parte do dia na piscina. A recepção possui grandes aberturas permitindo a entrada da luz, economizando energia. Os quartos possuem portas de vidro que dão acesso às varandas e	No projeto Sem Barreiras, a insolação tem que ser tratada com mais cuidado, pois como a arena está ao ar livre, é preciso criar abrigos para se proteger do sol. O abrigo existente são dois toldos que abrigam 6 cadeiras anfíbias e as pessoas que trabalham no	A luz solar é bem aproveitada na área de lazer, com a piscina ao ar livre, levando o sol durante o dia. Os quartos poderiam ter mais aberturas permitindo a entrada do sol.

	permitem que a luz entre nos quartos.	projeto.	
ACESSIBILIDADE NA ÁREA COMUM	O resort pensou ao máximo no aproveitamento de uma pessoa deficiente na área comum. Todos os acessos do hotel possuem rampas acessíveis, permitindo a autonomia do hóspede, a área de lazer permite que a cadeira consiga circular com segurança, chegando até a areia da praia, porém a areia da praia não possui um caminho acessível para que a cadeira possa circular, e a piscina não possui uma cadeira adaptável para o banho do deficiente.	O projeto Praia Sem Barreiras procurou interagir com todo o espaço. O acesso criado pelo calçadão permite que o cadeirante consiga chegar com segurança até o ponto da praia onde se encontra o projeto. As rampas de acesso à areia e a esteira que leva até arena, foram muito bem elaboradas, permitindo assim a troca das cadeiras facilitando a circulação das mesmas por toda a areia e adentro ao mar.	A pousada possui área comum acessível, onde evita os desníveis no empreendimento. A área de lazer é bastante espaçosa, porém como a área verde é muito grande, nem todo lugar o cadeirante pode circular. A piscina possui bom espaço para circulação do deficiente, mas como o Resort Baía Branca, não possui adaptação na piscina para que o cadeirante possa tomar banho.

<p>ACESSIBILIDADE NO QUARTO</p>	<p>O quarto possui corredor largo, cama grande, boa área de transferência da cadeira para a cama, espelho com inclinação de 10%, ideal para cadeirante, guarda roupa com disposição interna dos cabides mais baixa. O banheiro é espaçoso, possui barras de apoio, garantindo a facilidade de uso e segurança do deficiente. A cortina de plástico, permite o giro dentro do banheiro e a pia não vai até o chão permitindo a aproximação da cadeira de rodas.</p>	<p>A arena não possui quarto, pois está instalada na praia ao ar livre.</p>	<p>O quarto possui uma cama grande e um beliche, para caso o deficiente esteja com algum acompanhante, ou viagens com a família. Quarto espaçoso, com uma boa área para transferência da cadeira de rodas para a cama. O banheiro é adaptado, possui barras de apoio tanto na bacia sanitária, quanto na pia e no chuveiro. A pia não vai até o chão permitindo assim a aproximação da cadeira. O chuveiro possui uma cadeira para o banho, oferecendo mais conforto e segurança para o deficiente.</p>
-------------------------------------	--	---	---

<p>PONTOS POSITIVOS</p>	<p>Área comum apta para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Quarto atende bem a pessoa com deficiência e o banheiro também.</p>	<p>Além de promover o turismo acessível à praia de Boa Viagem – PE, promove também a inclusão de pessoas deficientes, permitindo o acesso a praia, que por muito tempo, não era possível.</p>	<p>Área comum apta para a circulação de pessoas com deficiência. O quarto atende bem ao deficiente e o banheiro também.</p>
<p>PONTOS NEGATIVOS</p>	<p>A piscina não possui adaptação para o banho do deficiente. No banheiro do quarto, a pia não possui barras de apoio e o espelho no banheiro não recebeu inclinação. O chuveiro deveria possuir uma cadeira para o banho, melhorando a segurança e</p>	<p>O horário de funcionamento ainda é muito reduzido, poderia ser utilizado durante a semana também. Falta mais divulgação, a população precisa tomar conhecimento deste projeto.</p>	<p>A Piscina não possui adaptação para o banho do deficiente. No banheiro do quarto, o espelho poderia receber inclinação de 10%, permitindo melhor visibilidade.</p>

	autonomia do hóspede.		
--	-----------------------	--	--

FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

O quadro comparativo tem grande importância na identificação dos pontos positivos e negativos do estudo de caso, pois a partir dele, a elaboração do anteprojeto de uma pousada que atenda os princípios do desenho universal vai se basear nos aspectos de sucesso e repensar nas soluções que não deram certo.

O estudo mais relevante para a pesquisa é o estudo do Baía Branca Beach Resort, por estar localizado na praia, e suas instalações internas atenderem bem as pessoas com necessidades especiais.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Este capítulo se iniciará contando um pouco da história do município de Tamandaré, caracterizando e localizando-o. Em seguida será apresentada a localidade do terreno a ser utilizado para o anteprojeto, contemplando sua legislação prevista pela prefeitura de Tamandaré.

3.1- HISTÓRICO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o município foi criado em 28 de setembro de 1997, com base na lei estadual nº15, de 1990, que permitia ao município a emancipação desde que tivesse população superior a dez mil habitantes e eleitorado maior que 30% dessa população. Tamandaré foi desmembrada do território de Rio Formoso. Apesar de ser um município novo, Tamandaré é uma localidade bastante antiga, cuja denominação resulta do acidente geográfico que é a baía de Tamandaré.

3.2- DADOS GERAIS

De acordo com os dados do IBGE, o município, no ano de 2010, possuía população de 20.745 mil habitantes, e a população estimada para o ano de 2013 foi de 22.046 mil habitantes.

FIGURA 57: Tabela do Censo do IBGE.

Nome do município	Total da população 2000	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Total da população 2010
Solidão	5.532	2.902	2.842	1.831	3.913	5.744
Surubim	50.331	27.931	30.513	44.004	14.440	58.444
Tabira	24.065	12.969	13.461	19.772	6.658	26.430
Tacaimbó	12.929	6.261	6.443	7.076	5.628	12.704
Tacaratu	17.096	11.162	10.911	9.197	12.876	22.073
Tamandaré	17.281	10.425	10.320	15.186	5.559	20.745

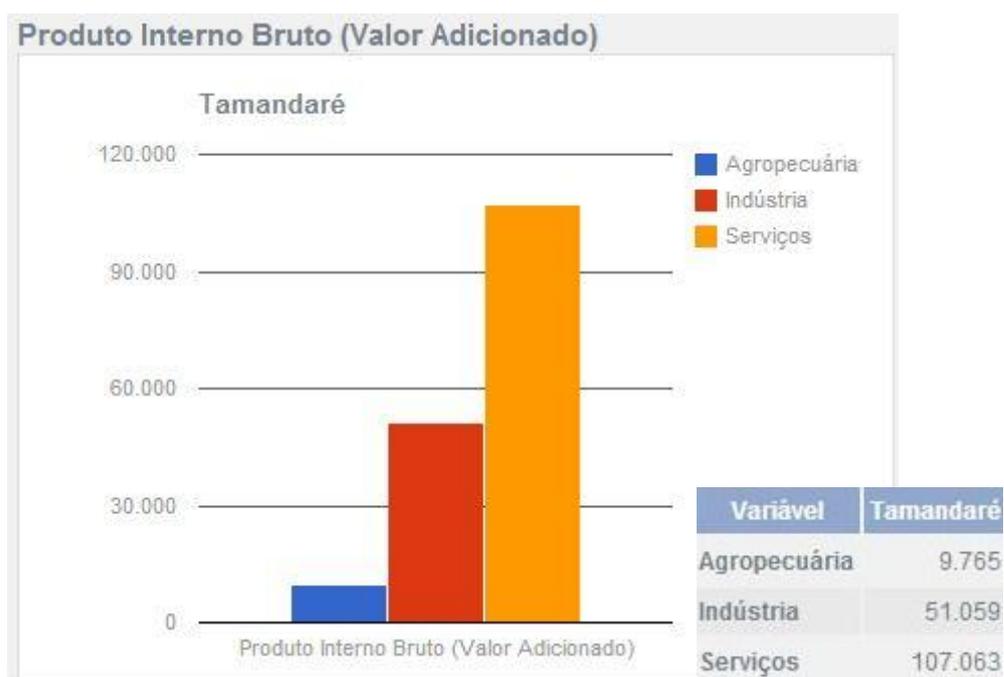
FONTE: IBGE,2010.

Como é possível analisar na figura 57, no ano de 2010, a população urbana de Tamandaré possuía 15.186 mil habitantes e a população rural, 5.559 mil habitantes. Segundo o serviço geológico do Brasil (CPRM2005), o município de Tamandaré está inserido na mesorregião da Mata Sul do estado de Pernambuco que condiciona a vegetação, as culturas e a fixação do homem ao meio. A vegetação é predominantemente do tipo subperenifolia - vegetação constituída por árvores sempre verdes, detentoras de grande número de folhas largas e troncos relativamente delgados, densa, e o solo apresenta uma camada coberta por húmus – com partes de floresta hipoxerófila - caracterizada pela caatinga, é uma vegetação de clima semi-árido, que apresenta árvores e arbustos com espinhos.

Ainda de acordo com a CPRM (2005), a rede de saúde se compõe de 03 Ambulatórios, e 22 Agentes Comunitários de Saúde Pública. Não há Hospitais nem Leitos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDH-M é de 0,596. Este índice situa o município em 125º no ranking estadual e em 4733º no nacional.

Na economia, de acordo com o IBGE, dentro das atividades analisadas, agropecuária, indústria e serviços se destaca a atividade relacionada ao serviço.

FIGURA 58: Gráficos de atividades



FONTE: IBGE, 2010

3.3- LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRENO

O município de Tamandaré se localiza, segundo a prefeitura de Tamandaré, a 100 km distantes da capital de Pernambuco, Recife.

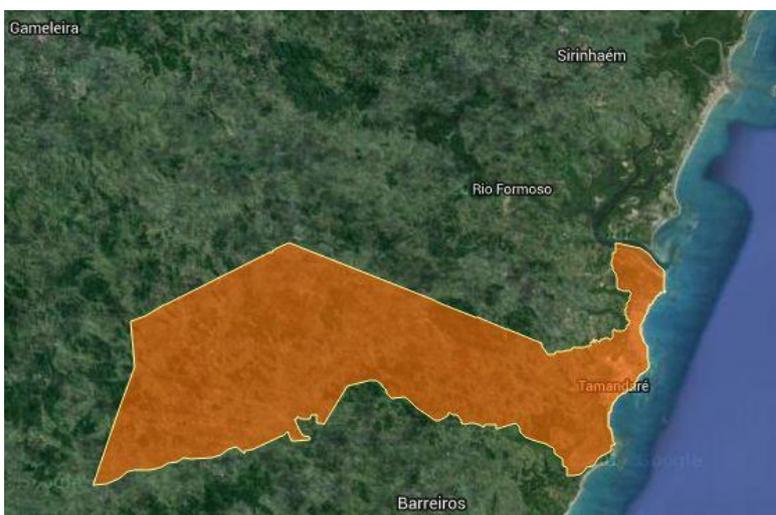
FIGURA 59: Mapa de Localização de Tamandaré no Estado de Pernambuco.



FONTE:CPRM, 2005.

Limita-se ao norte com Rio Formoso e Sirinhaém, a sul com Barreiros, a leste com o Oceano Atlântico, e a oeste com Água Preta. O acesso a Tamandaré pode ser feito pelas rodovias BR 101, PE 60 e PE 76.

FIGURA 60: Limite territorial do município de Tamandaré.



Fonte: Google maps, 2014.

De acordo com o site Turismo Pernambuco, Tamandaré possui uma área de 214,307 km², com 16 km de praia, com uma faixa de areia que chega até a 50m na maré baixa e um paredão de corais a 200m da praia que garantem um banho tranquilo e seguro. Tamandaré é um município muito procurado para turismo e na época de veraneio, por receber grandes eventos. Além das belezas de sua praia, Tamandaré também se destaca pelos rios, Ariquindá e Formoso, que formam prainhas e manguezais, pela reserva ecológica de Saltinho, se destaca também pela Cachoeira Bulha D'Água e o Forte de Santo Inácio.

O local onde será feita a proposta do presente trabalho, está situado na Travessa Quarta da Rua Quarenta e nove. A escolha do terreno foi motivada pela necessidade de utilizar um terreno a beira mar para colocar em prática a atividade prevista para ser oferecida pela pousada, que será o banho de mar para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Essa ação, além de integrar e incluir pessoas traz benefícios para o turismo, enriquecendo o município, gerando renda para a região.

FIGURA 61: Terreno a ser trabalhado.

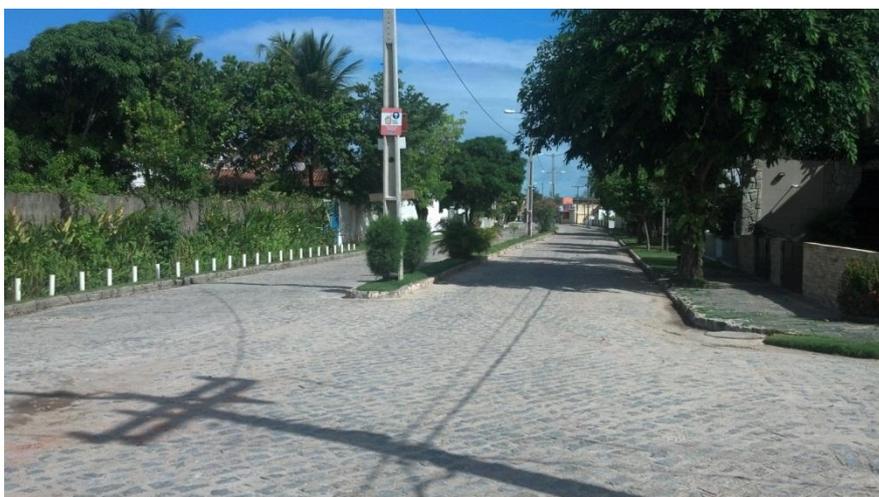


FONTE: Google Earth, 2014.

De acordo com estudo realizado na área, foi constatada a necessidade de aumentar e disponibilizar com qualidade um espaço que fosse pensado e preparado para receber pessoas com mobilidade reduzida, mesmo que temporária, ou qualquer deficiência, seja ela auditiva, visual ou física, já que de 20 pousadas e 1 resort que foram levantados na pesquisa, apenas o resort oferece uma espaço adaptado para pessoas com necessidades especiais.

O terreno possui fácil acesso, está localizado na rua paralela da avenida principal de Tamandaré que é pavimentada com paralelepípedo. O terreno está próximo de mercados e sorveteria.

FIGURA 62: Avenida Principal, Rua José Bezerra Sobrinho.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 63: Mercado na Avenida principal, próximo ao terreno escolhido.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 64: Sorveteria na Avenida principal, próximo ao terreno escolhido.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

Analisando a insolação do terreno, é possível verificar que o nascente está voltado para o mar e o poente para rua que dá acesso ao terreno. Sendo assim, a locação ideal para os quartos é voltada para o mar, tirando como partido a bela vista para o mar e aproveitando os melhores ventos e a luz natural. E na fachada poente, utiliza-la para áreas de serviço, como os banheiros, circulações.

FIGURA 65: Marcação, fluxo, insolação e ventilação.



FONTE: Google Earth, 2014.

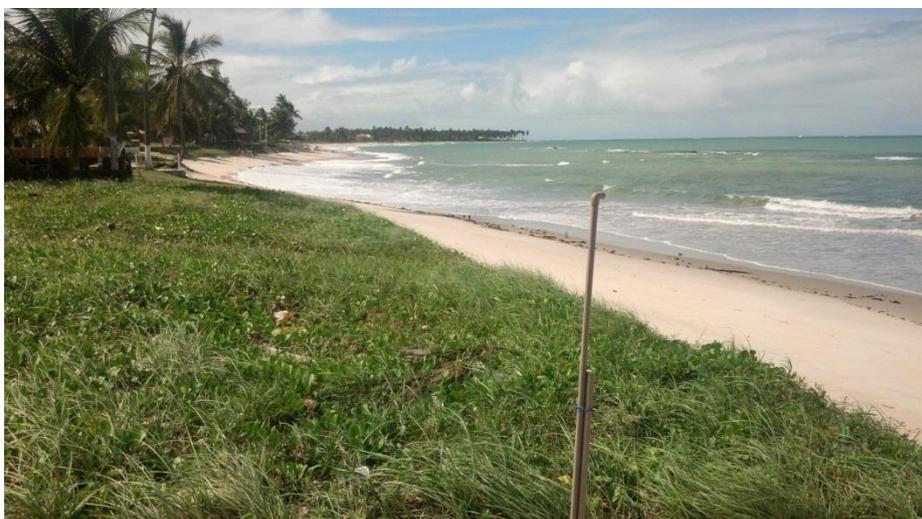
O terreno é amplo, com área total de 2.118m², localizado na beira mar. Os dois terrenos vizinhos já são utilizados com construções residenciais.

FIGURA 66: Terreno a ser trabalhado.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

FIGURA 67: Terreno a ser trabalhado



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

Segundo o plano diretor do município (2002), o terreno está inserido na Zona de Uso Misto 2 – Adensamento Restrito (ZUM2/AR). De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS, 2002), o artigo 9 prevê - As Zonas de Uso Misto – ZUM, correspondem às áreas aptas à ocupação urbana diversificada, conforme os perfis de uso previstos nesta Lei, na Sede Municipal de Tamandaré, a qual apresenta características urbanas consolidadas ou de interesse especial, permitindo uma

diferenciação do uso compatível com as características do seu Sistema Viário Urbano.

O Artigo 12- As Zonas de Uso Misto 2 – ZUM 2, permitirão todos os usos urbanos, vedados os usos econômicos, ou seja, comerciais de varejo e de atacado, de prestação de serviços e industriais, de grande porte, quando esses gerarem maior impacto no meio urbano e nas suas vias.

§ 1.º - Para os efeitos deste Artigo, serão considerados impactantes sobre o meio urbano, os usos econômicos de grande porte, entendidos como aqueles que envolvem a utilização de áreas construídas superiores a 450m².

§ 2.º - Para efeitos do cálculo da área construída a que se refere o Parágrafo 1.º deste Artigo, será considerada não apenas a área efetivamente construída dos empreendimentos e/ou equipamentos, mas também a área destinada, em projeto, à circulação de veículos e os acessos dos pedestres, especialmente nos postos de combustível, concessionárias de veículos, oficinas e atividades afins.

Artigo 13 - As Zonas de Uso Misto 2 – ZUM 2, abrangerão, preferencialmente, as vias classificadas como arteriais e coletoras, conforme a hierarquização das vias urbanas apresentadas nesta Lei.

Artigo 106.º - O uso econômico abrange o comércio varejista e atacadista, a prestação de serviços e a indústria.

De acordo com a LUOS (2002), na categoria de uso do solo, o paragrafo 1 do artigo 106 define que serão, dependendo do zoneamento adotado, considerados como usos econômicos especiais ou prioritários, os usos econômicos associados à hospedagem, ao desenvolvimento da indústria do turismo, os clubes, parques e equipamentos de lazer, observadas as demais condições e exigências da Lei. E o paragrafo 3 - Por se tratar de uso econômico especial ou prioritário, o uso hoteleiro poderá apresentar parâmetros urbanísticos específicos, diversos dos demais usos econômicos.

QUADRO 02: Parâmetros Urbanísticos para a Zonas de Uso Misto 2 com Adensamento Restrito – ZUM2/AR.

USOS	GABARITO MÁXIMO (n.º pav.)	CUT	TO (%)	TS N (%)	AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m)			ESTACIONAMENTO (vagas/m²)
					Fronta 1	Fundos	Lateral 1	
Residencial unifamiliar	2	0,8	40%	20%	5	3	3	1/150
- Condomínios	2	0,8	40%	20%	10	3	3	1/100
Residencial multifamiliar	2	0,8	40%	20%	5	3	3	1/100
Econômico de pequeno porte	2	1,5	75%	15%	5	3	3	1/100
Econômico de médio porte	2	1,5	75%	15%	5	3	3	1/80
Econômico de grande porte	-	-	-	-	-	-	-	-
- Industrial de pequeno porte	2	1,5	75%	15%	5	3	3	1/100
- Industrial de médio porte	2	1,5	75%	15%	5	3	3	1/80
- Industrial de grande porte	-	-	-	-	-	-	-	-
- Hoteleiro	4	1,6	40%	15%	5	3	3	1/80
Institucional	2	1,5	75%	15%	5	3	3	1/100
Institucional de maior impacto	2	1,5	75%	15%	5	3	3	1/80

FONTE: Lei de uso e ocupação solo do município de Tamandaré, 2002.

Este capítulo torna-se necessário, pois caracteriza a área a ser trabalhada, identificando os aspectos físicos, ambientais e legais que deverão ser levados em consideração na elaboração do anteprojeto.

4. ANTEPROJETO

Este capítulo apresenta a proposta do anteprojeto de uma pousada que atenda aos princípios do desenho universal. O terreno está localizado no município de Tamandaré no litoral de Pernambuco.

4.1 ETAPAS PRÉ-PROJETUAIS

A proposta do anteprojeto tem como resultado uma solução arquitetônica baseada nas exigências apresentadas nos capítulos anteriores. No desenvolvimento do projeto foram incorporados conceitos estudados, tais como, acessibilidade, desenho universal, elementos caracterizadores de pousadas, turismo acessível, adequando-os ao programa de necessidades de uma pousada e a sua funcionalidade.

Para o andamento do anteprojeto da pousada foram seguidas as etapas pré-projetuais.

4.1.1 Partido Arquitetônico

Partido arquitetônico é definido através de diretrizes que busquem alcançar os conceitos já apresentados durante esse trabalho, levando em consideração também a legislação e tipologia existente do local, como também a funcionalidade arquitetônica.

Acessibilidade é o principal conceito a ser pensado e trabalhado neste anteprojeto, já que o público alvo do empreendimento são pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Como o terreno é localizado a beira-mar, houve a preocupação de não criar uma barreira para as outras casas existentes na proximidade. O pavimento térreo foi trabalhado em esquadrias de vidro móveis, para deixar o saguão da pousada sempre aberto e arejado, mantendo o clima de praia.

Para o acesso vertical, foi criado um bloco no início da edificação para a rampa, onde é possível acessar os dois pavimentos.

Todo o funcionamento de serviço se encontra em outro bloco, também no início da edificação, onde pode ser acessado por uma entrada exclusiva.

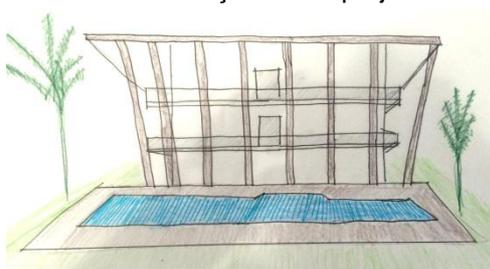
A ideia de pavimento vazado do térreo foi levada para os pavimentos superiores, onde foi criada uma grande e única varanda, na qual todos os quartos têm acesso.

Como o terreno está localizado a beira-mar, a área verde foi também bastante valorizada, deixando bastante livre a taxa de solo natural. A área de lazer, locada na frente da edificação, contempla a melhor vista do terreno, o mar.

No princípio, o partido tinha formas bem curvas, onde suas formas seguiam o ritmo das ondas do mar, porém, pela funcionalidade e a necessidades de boas áreas de convivência e aconchego, optou-se por um partido de formas mais retas, mas que também fosse tão charmoso quanto às curvas do princípio.

O anteprojeto atendeu as exigências da legislação, respeitando os afastamentos, sendo o afastamento frontal 5 metros, e laterais e fundos 3 metros. O gabarito não passou de 3 pavimentos.

FIGURA 68: Esboço do anteprojeto.



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

4.1.2 Programa e dimensionamento

A elaboração deste programa teve como referência os conceitos estudando neste trabalho e na legislação, tal qual a quantidade de pavimentos, áreas necessárias, elementos caracterizadores de pousada, acessibilidade.

Pavimento Térreo:

- Estacionamento para 19 vagas;
- Recepção: 6,95 m²;
- Guarda Volumes: 3,63 m²;
- Banheiro de funcionários: 4,53 m²;
- Entrada e circulação de serviço: 22 m²;
- Gerência: 4,70 m²;
- Diretoria/Financeiro: 4,70m²
- Depósito: 7,65 m²;
- Rouparia: 7,65 m²;
- Lavanderia: 10,18m²;
- Chegada de Mercadoria: 9,50 m²;
- Estoque de alimentação: 15 m²;
- Cozinha: 35,70 m²;
- Restaurante: 73,45 m²;
- Bar da piscina: 9,33 m²
- Banheiro feminino piscina: 2,69 m²;
- Banheiro masculino piscina: 2,69m²;
- Espaço cadeiras anfíbias: 46,56 m²
- Saguão da pousada: 192,96 m²;
- Terraço: 119,57 m²;

Pavimento Tipo

- Circulação: 65,94 m²;
- Lounge: 61,36 m²;

- Antecâmara: 6 m²
- Depósito: 10,35 m²;
- Estoque/rouparia: 20,37 m²
- Apartamento com áreas em torno de 24 m²;
- Varanda: 119,57 m²

4.1.3 Zoneamento

A locação da edificação e a disposição interna das áreas foram concebidas para que ficassem voltadas para o leste, recebendo os melhores ventos. Voltado para o poente ficou apenas o funcionamento de serviço e a rampa que dá acesso ao pavimento.

FIGURA 69: Zoneamento Térreo

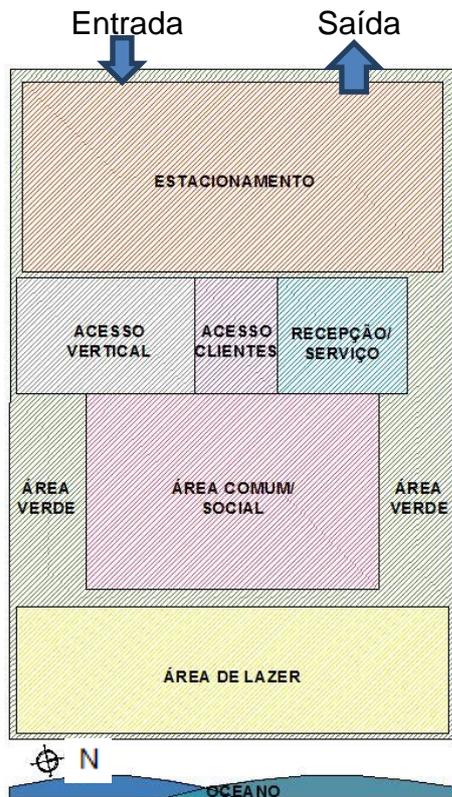
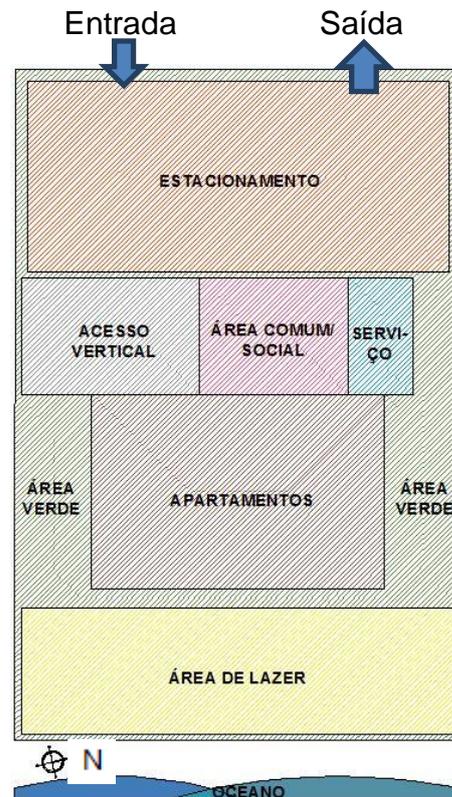


FIGURA 70: Zoneamento Pavimento Tipo



FONTE: Autora da pesquisa, 2014. **FONTE:** Autora da pesquisa, 2014.

Todos os apartamentos recebem os melhores ventos e possuem varandas, permitindo a contemplação da bela praia de Tamandaré. O restaurante, também

possui vista para o mar, e possui esquadrias móveis, dando a sensação de estar comendo ao ar livre. O saguão da pousada também possui esquadrias móveis, podendo receber o dia inteiro bastante ventilação e aproveitando a luz natural.

A parte de serviço ficou disposta de tal forma, para que os clientes não percebessem a movimentação dos funcionários. Ela possui um acesso exclusivo para carga e descarga de mercadorias. As áreas comuns aos clientes, apartamentos e varandas estão todos voltados para o leste, recebendo os melhores ventos.

A área de lazer se encontra no leste, contemplando a melhor vista do terreno, o mar, onde se encontra também o espaço das cadeiras anfíbias, permitindo a chegada do deficiente a areia da praia.

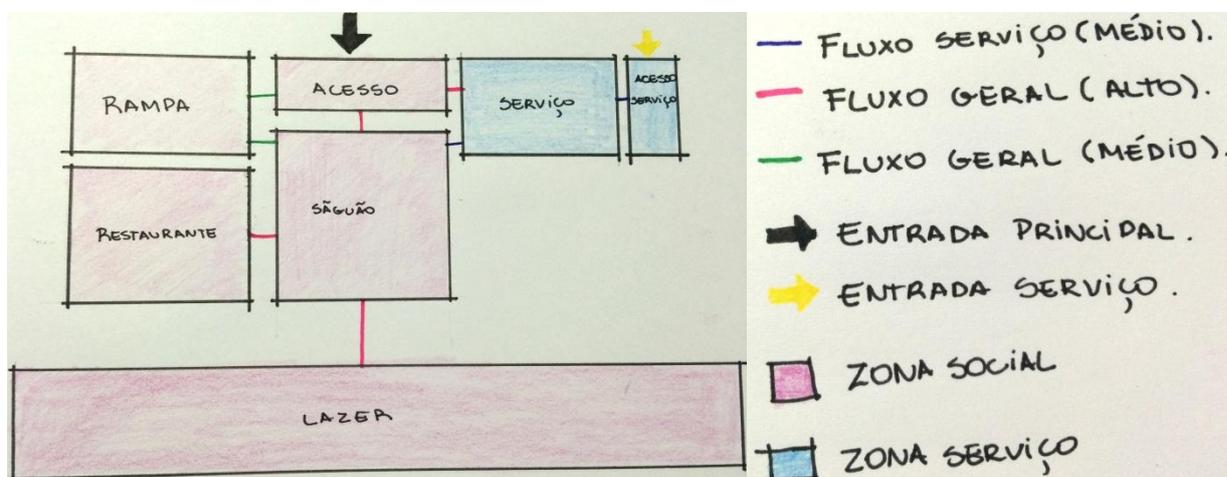
O zoneamento irá nortear a elaboração do anteprojeto, facilitando a separação e localização de cada área.

4.1.4 Fluxograma e Organograma

O organofluxograma determina os fluxos e as zonas da pousada, onde facilita o entendimento do funcionamento e como se interligam os espaços.

A pousada possui um acesso principal, por onde chegam os hóspedes, e um acesso de serviço na lateral da pousada, isolando o fluxo dos funcionários. O saguão se interliga com o restaurante e a rampa de acesso vertical ao pavimento tipo, e liga também a área de lazer, onde se encontra a piscina, bar e a arena sem barreira. (figura 70).

FIGURA 71: Organofluxograma



FONTE: Autora da pesquisa, 2014.

4.1.5 Memorial Descritivo

O anteprojeto de uma pousada que atenda as necessidades de pessoas com deficiências está localizado no município de Tamandaré, litoral sul de Pernambuco, em um terreno com 2.043,00m².

O partido arquitetônico buscou manter a edificação bem livre, evitando a sensação de local fechado, por isso foi explorado bastantes esquadrias móveis e grandes varandas e terraços. Os materiais utilizados na fachada foram a madeira, onde os pilares de sustentação são toras de madeiras inclinadas. Foi utilizado também muito concreto e vidro.

No agenciamento, a entrada e a saída da pousada estão localizadas em uma única rua, já que nas laterais já existem edificações e o terreno está à beira-mar. O estacionamento tem vaga para 19 carros. A edificação possui dois acessos, o do hóspede e o acesso de serviço para carga e descarga da pousada. O acesso à pousada fica localizado nos fundos do terreno e a área de lazer na frente, onde é possível manter contato direto com a paisagem natural.

A área de lazer é composta por banheiros acessíveis, um bar de apoio à piscina, piscina acessível, um deck molhado, e uma área coberta para as cadeiras anfíbias e o acesso a praia por uma esteira móvel.

Na elaboração da planta, foram priorizadas grandes áreas livres, para evitar qualquer tipo de barreira no espaço, melhorando a circulação de todas as pessoas. O pavimento térreo é composto por um grande hall, com um elevador social, uma grande rampa de acesso vertical e a recepção, mas a adiante está localizado o restaurante, e uma área de descanso e uma grande terraço. Ainda no pavimento térreo está localizada a cozinha com uma grande despensa, um guarda volumes, sala de gerencia e diretoria, rouparia, lavanderia, depósito, entrada de mercadorias, banheiro de funcionários e elevador de serviço. Essa área de serviço possui uma entrada independente.

O pavimento tipo superior é composto por 8 suítes em cada, sendo dois pavimentos existentes, totalizando em 16 suítes. Todas as suítes possuem acesso a uma grande e única varanda. O pavimento tipo conta ainda com uma rouparia, um depósito e uma grande área de descanso. A varanda tem acesso independente dos quartos, caso o hóspede queira utiliza-la, não é necessário entrar no quarto.

Os principais materiais utilizados foram a madeira, o concreto e o vidro. O piso utilizado no pavimento térreo, na circulação e varanda do pavimento tipo foi o cimento queimado, que traz um ar mais clássico para edificação e não foge do clima de praia. Nos quartos foi utilizado porcelanato, e na área de lazer foi utilizado madeira no deck. E muito vidro nas esquadrias e guarda corpos.

O anteprojeto da pousada procurou atender principalmente as necessidades de acessibilidade, mantendo os espaços amplos e arejados, se preocupando principalmente com circulação de todas as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado ao longo do trabalho, foi possível concluir que para início de um anteprojeto arquitetônico, é preciso ter um embasamento teórico, analisando diferentes autores, instituições e fontes de informações para adquirir conhecimento e fundamentar o anteprojeto desenvolvido. A legislação também foi fundamental para que o anteprojeto atenda aos itens previstos na lei.

Após conclusão do capítulo teórico onde foi abordado o tema a ser trabalhado, foram realizadas as pesquisas de campo, com o intuito de avaliar e adquirir o máximo de conhecimento na funcionalidade real de cada projeto. Essas pesquisas de campo são muito importantes, pois é possível vivenciar a realidade de como os meios de hospedagens recebem o turista deficiente e como o mesmo pode utilizar o meio de hospedagem, analisando as possíveis barreiras que pessoas com necessidades especiais enfrentam, com isso buscar a solução para esses problemas.

Conhecer a área a ser trabalhada também é fundamental para qualquer anteprojeto a ser realizado. Conhecer os acessos, o clima da região, são fundamentais para que o anteprojeto possa ser realizado com sucesso e atender a demanda do local.

Algumas dificuldades foram encontradas ao longo da pesquisa, principalmente para conseguir informações sobre o município de Tamandaré, área trabalhada. A secretaria de infraestrutura do município, local onde são fornecidos os dados necessários para a elaboração de um projeto, como o Plano Diretor, a lei de Uso e Ocupação do Solo, o mapa de zoneamento do município, tem suas instalações precárias, com poucas pessoas trabalhando e carência de informações precisas. A maior dificuldade encontrada foi de conseguir ter acesso ao mapa de zoneamento, pois o arquivo não era digitalizado, e não havia um local específico para armazenamento destes documentos.

REFERÊNCIAS

ABNT, **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR: 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de; LANCHOTI, José Antonio; LOPES, Maria Elisabete; PERITO Sandra. **Orientações Técnicas sobre acessibilidade e Design inclusivo**. Instituto Muito Especial: Rio de Janeiro:sem editora, 2011.

Ame São Paulo. Disponível em: <<http://www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejornal150.shtml>> Acessado em 20 de maio de 2014.

Baía Branca Beach Resort. Disponível em: <<http://www.baiabranca.com.br/>> Acessado em 18 de maio de 2014.

Blog JCNAVEGATUR (2008). Disponível em:<<http://jcnavigateur.blogspot.com.br/2008/03/definies-e-conceitos-dehospedagem.html>> Acessado em 12 de maio de 2014.

Catálogo da ABNT. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=1000>> Acessado em 16 de maio de 2014.

CAMBIAGHI, Silvana; CARLETTO, Ana Claudia. **Desenho Universal: Um conceito para todos**. São Paulo: sem editora, 2014.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. **Diagnóstico do município de Tamandaré**, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/pernambuco/relatorios/TAMA156.pdf>> Acessado em 11 de maio de 2014.

Cartilha Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão volume I. Brasília:Ministério do Turismo, 2009.

Cartilha Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível volume III. Brasília:Ministério do Turismo, 2009.

Cartilha Programa Turismo Acessível (2012). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Folder_Programa_Turismo_Acessivel.pdf> Acessado em 18 de maio de 2014.

Cartilha de orientação básica – Sistema brasileiro de classificação de meios de Hospedagens. Ministério do Turismo. Brasília: sem editora, 2010.

Estancia do Socorro. Disponível em: <<http://www.estanciadesocorro.com.br/>> Acessado em 18 de maio de 2014.

Guia da cidade do Rio de Janeiro (+ Rio). Disponível em:<http://www.maisrio.com.br/artigo/512_meios-de-hospedagem-conceito-e-tipos.htm> Acessado em 15 de maio de 2014.

IBGE, Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Dados gerais do município de Tamandaré.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261485&search=||info%EF5es-completas>> Acessado em 14 de maio de 2014.

Instituto nacional para reabilitação de Portugal (2014). **Programa Praia Acessível.** Disponível em: <<http://www.inr.pt/content/1/17/prai-a-cessivel-prai-para-todos>> Acessado em 18 de maio de 2014.

Lei Nº 184/2002 – **Plano diretor do município de Tamandaré.** Prefeitura de Tamandaré, 2002.

Lei Nº 188/2002 – **Lei de uso e ocupação do solo do município de Tamandaré.** Prefeitura de Tamandaré, 2002.

Lei nº 10.098/00, de 19 de dezembro de 2000 - **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> Acessado em 16 de maio de 2014.

Lei nº 10.048/00 de 0 de novembro de 2000 - **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm> Acessado em 16 de maio de 2014.

Matéria Praia Sem Barreiras. Jornal do Comercio. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/03/17/projeto-praia-sem-barreiras-possibilita-a-cadeirantes-tomar-banho-de-mar-76737.php>> Acessado em 18 de maio de 2014.

NUNES, Cláudia Alexandra de Almeida. **Turismo Acessível: O caso de Lousã.** Coimbra. 2011.

PANERO, Julius; MARTIN, Zelnik. **Dimensionamento humano para espaços interiores.** Barcelona:editora Gustavo Gili, SL, 2002.

Pousada Recanto dos Manacás. Disponível em: <<http://www.recantodosmanacas.com.br/>> Acessado em 10 de maio de 2014.

Prefeitura de Tamandaré. Disponível em: <http://www.tamandare.pe.gov.br/?pag=munic_hist>Acessado em: 07 de maio de 2014.

Prefeitura de Socorro – SP. Disponível em: <<http://www.socorro.sp.gov.br/>> Acessado em 18 de maio de 2014.

SEBRAE, **Serviço brasileiro de apoio à micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=2552&%5E%5E>> Acessado em 13 de maio de 2014.

SEBRAE, **Serviço brasileiro de apoio à micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www2.ms.sebrae.com.br/uploads/UAI/fichastecnicas/hotel.pdf>> Acessado em 13 de maio de 2014.

Turismo em Pernambuco. Disponível em: <<http://turismopernambuco.com.br/pt-BR/#pagina-litoral-sul>> Acessado em 14 de maio de 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lei nº 10.048/00

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000.

Regulamento

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência física, os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1o.

Art. 3o As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Art. 4o Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Art. 5o Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1o (VETADO)

§ 2o Os proprietários de veículos de transporte coletivo em utilização terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da regulamentação desta Lei, para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 6o A infração ao disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis:

I – no caso de servidor ou de chefia responsável pela repartição pública, às penalidades previstas na legislação específica;

II – no caso de empresas concessionárias de serviço público, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículos sem as condições previstas nos arts. 3o e 5o;

III – no caso das instituições financeiras, às penalidades previstas no art. 44, incisos I, II e III, da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de novembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Alcides Lopes Tápias

Martus Tavares

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.11.2000

ANEXO 2 – Lei nº 10.098/00

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Regulamento

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

CAPÍTULO II

DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão

ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível. (Incluído pela Lei nº 11.982, de 2009)

Art. 5o O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 6o Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Art. 7o Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

CAPÍTULO III

DO DESENHO E DA LOCALIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 8o Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art. 9o Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO IV

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I – percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II – percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI

DA ACESSIBILIDADE NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Regulamento

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;

II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;

III – à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

CAPÍTULO IX

DAS MEDIDAS DE FOMENTO À ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179o da Independência e 112o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.2000